

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS NÃO AUDITADAS

*Em 31 de março de 2019 e 2018
relatório de revisão da firma
registrada de auditoria independente*

(Tradução livre do original em inglês)

Parecer dos auditores independentes registrados no PCAOB (*)	3
Balanco Patrimonial Consolidado	4
Demonstração do Resultado Consolidada	5
Demonstração do Resultado Abrangente Consolidada	6
Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidada	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidada	8
1. Base de elaboração	9
2. Operação Lava Jato” e seus reflexos na Companhia.....	10
3. Sumário das principais práticas contábeis.....	10
4. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	12
5. Contas a receber	14
6. Estoques.....	16
7. Vendas de ativos e outras reestruturações societárias	17
8. Investimentos.....	18
9. Imobilizado.....	19
10. Intangível	21
11. Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás natural	22
12. Financiamentos	23
13. Arrendamentos mercantis	26
14. Partes relacionadas.....	27
15. Provisões para desmantelamento de áreas	29
16. Tributos.....	29
17. Salários, férias, encargos e participações	31
18. Benefícios concedidos a empregados	31
19. Patrimônio líquido	33
20. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa	34
21. Receita de vendas	34
22. Custos e Despesas por natureza.....	35
23. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	36
24. Resultado financeiro líquido.....	36
25. Informações por Segmento	37
26. Processos judiciais e contingências	40
27. Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo.....	42
28. Gerenciamento de riscos.....	43
29. Valor justo dos ativos e passivos financeiros	48
30. Eventos subsequentes	48
31. Informação sobre Títulos Emitidos por Subsidiárias e Garantidos pela Petrobras	50

Parecer dos auditores independentes registrados no PCAOB (*)

(Uma tradução livre do original em inglês)

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Revisamos a demonstração intermediária consolidada da Petróleo Brasileiro SA - Petrobras e controladas (a "Companhia") em 31 de março de 2019, e as respectivas demonstrações intermediárias consolidadas do resultado, resultados abrangentes, das mudanças no patrimônio líquido e fluxos de caixa para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018 e as respectivas notas (coletivamente, as informações contábeis intermediárias consolidadas). Com base em nossas revisões, não temos conhecimento de quaisquer modificações significativas que devam ser feitas nas informações contábeis intermediárias consolidadas para que estejam em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), conforme publicadas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Anteriormente, auditamos, de acordo com as normas do Conselho de Supervisão de Contabilidade das Companhias Abertas dos Estados Unidos (PCAOB), a demonstração consolidada da posição financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações consolidadas de resultado, do resultado abrangentes, das mudanças no patrimônio líquido e fluxos de caixa para o exercício findo (não apresentado aqui); e em nosso relatório datado de 26 de fevereiro de 2019, expressamos uma opinião sem ressalva sobre essas demonstrações financeiras consolidadas. Em nossa opinião, as informações apresentadas na demonstração consolidada anexa da posição financeira em 31 de dezembro de 2018 estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação ao balanço patrimonial consolidado do qual foram derivadas.

Base para os resultados da revisão

Essas informações financeiras intermediárias consolidadas são de responsabilidade da administração da Companhia. Somos uma firma de contabilidade pública registrada no PCAOB e somos obrigados a ser independentes em relação à Empresa de acordo com as leis federais de valores mobiliários dos EUA e com as regras e regulamentações aplicáveis da Securities and Exchange Commission e do PCAOB.

Conduzimos nossas avaliações de acordo com os padrões do PCAOB. Uma revisão das informações contábeis intermediárias consolidadas consiste principalmente na aplicação de procedimentos analíticos e na realização de indagações a pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis. O escopo é substancialmente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas do PCAOB, cujo objetivo é a expressão de uma opinião sobre as demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Consequentemente, não expressamos tal opinião.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 2019

/s/ KPMG Auditores Independentes

(*) Conselho de Supervisão de Contabilidade das Companhias Abertas nos Estados Unidos ("PCAOB - Public Company Accounting Oversight Board")

Balço Patrimonial Consolidado

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 (Em milhões de dólares norte-americanos, exceto se indicado de outra forma)



Ativo	Nota	31.03.2019	31.12.2018	Passivo	Nota	31.03.2019	31.12.2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	9.361	13.899	Fornecedores		5.880	6.327
Títulos e valores mobiliários	4.2	1.121	1.083	Financiamentos	12.1	3.230	3.667
Contas a receber, líquidas	5.1	4.962	5.746	Arrendamentos mercantis	13	6.030	23
Estoques	6	8.459	8.987	Imposto de renda e contribuição social	16.1	376	211
Imposto de renda e contribuição social	16.1	757	739	Impostos e contribuições	16.1	3.121	3.556
Impostos e contribuições	16.1	1.373	1.296	Dividendos propostos	19.2	1.118	1.109
Depósitos vinculados a class action	26.4	2.862	1.881	Salários, férias, encargos e participações	17	1.817	1.658
Outros ativos		2.198	1.485	Planos de pensão e saúde	18.1	853	810
		31.093	35.116	Provisão para processos judiciais e administrativos	26.1	3.394	3.482
Ativos classificados como mantidos para venda	7	2.424	1.946	Acordo com autoridades norte americanas	2.1	-	783
		33.517	37.062	Outras contas e despesas a pagar		2.303	2.442
						28.122	24.068
				Passivos associados a ativos mantidos para venda	7	1.015	983
						29.137	25.051
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Financiamentos	12.1	75.580	80.508
Contas a receber, líquidas	5.1	5.301	5.492	Arrendamentos mercantis	13	21.167	162
Títulos e valores mobiliários	4.2	52	53	Imposto de renda e contribuição social	16.1	543	552
Depósitos judiciais	26.2	7.332	6.711	Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.2	658	654
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.2	2.651	2.680	Planos de pensão e saúde	18.1	22.124	21.940
Impostos e contribuições	16.1	3.596	3.540	Provisão para processos judiciais e administrativos	26.1	4.096	3.923
Adiantamento a fornecedores		543	666	Provisão para desmantelamento de áreas	15	15.095	15.133
Outros ativos		2.886	2.917	Outras contas e despesas a pagar		988	970
		22.361	22.059			140.251	123.842
				Total do passivo		169.388	148.893
				Patrimônio líquido			
Investimentos	8	2.891	2.759	Capital social realizado	19.1	107.101	107.101
Imobilizado	9	182.007	157.383	Reserva de capital, transações de capital e ações em tesouraria		1.067	1.067
Intangível	10	2.785	2.805	Reservas de lucros		59.232	58.161
		210.044	185.006	Outros resultados abrangentes		(94.862)	(94.785)
				Patrimônio líquido Petrobras		72.538	71.544
				Atribuído aos acionistas não controladores		1.635	1.631
				Patrimônio líquido Total		74.173	73.175
Total do ativo		243.561	222.068	Total do passivo e patrimônio líquido		243.561	222.068

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Consolidada

Em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto se indicado de outra forma)



	Nota	Jan-Mar/2019	Jan-Mar/2018
Receita de vendas	21	21.229	22.958
Custo dos produtos e serviços vendidos	22.1	(14.217)	(14.704)
Lucro bruto		7.012	8.254
Despesas			
Vendas	22.2	(1.097)	(1.273)
Gerais e administrativas	22.3	(616)	(660)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	11	(174)	(136)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico		(138)	(153)
Tributárias		(103)	(148)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	23	(1.164)	(392)
		(3.292)	(2.762)
Lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos		3.720	5.492
Receitas financeiras		362	339
Despesas financeiras		(1.806)	(1.804)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(718)	(770)
Resultado financeiro líquido	24	(2.162)	(2.235)
Resultado de participações em investidas	8	132	158
Lucro antes dos impostos		1.690	3.415
Imposto de renda e contribuição social	16.3	(565)	(1.219)
Lucro do período		1.125	2.196
Acionistas não controladores		55	51
Acionistas da Petrobras		1.070	2.145
Lucro (Prejuízo) básico e diluído pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais (em US\$)	19.3	0,08	0,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente Consolidada
 Em 31 de março de 2019 e 2018
 (Em milhões de dólares norte-americanos, exceto se indicado de outra forma)



	Jan-Mar/2019	Jan-Mar/2018
Lucro (Prejuízo) do exercício	1.125	2.196
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Resultados não realizados em títulos mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Reconhecidos no patrimônio líquido	(2)	(2)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1	1
	(1)	(1)
Itens que poderão ser reclassificados para resultado:		
Resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa - Exportações		
Reconhecidos no patrimônio líquido	(638)	(338)
Transferidos para o resultado	755	820
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(40)	(164)
	77	318
Ajustes acumulados de conversão (*)		
Reconhecidos no patrimônio líquido	(213)	(179)
Transferidos para o resultado	34	-
	(179)	(179)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em Investidas		
Reconhecidos no patrimônio líquido	22	60
Outros resultados abrangentes:	(81)	198
Resultado Abrangente Total	1.044	2.394
Acionistas não controladores	50	54
Resultado Abrangente atribuível aos acionistas da Petrobras	994	2.340

(*) Inclui perda de US\$ 15 (ganho de US\$16 primeiro trimestre findo em 31 de março de 2018), de ajustes acumulados de conversão em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidada

Em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto se indicado de outra forma)



	Jan-Mar/2019	Jan-Mar/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do período	1.125	2.196
Ajustes para:		
Despesa atuarial com plano de pensão e saúde	578	599
Resultado de participações em investimentos relevantes	(132)	(158)
Depreciação, depleção e amortização	3.716	3.409
Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	(7)	18
Perdas de crédito em contas a receber	32	137
Baixa de poços secos	50	8
Resultado com alienações e baixas de ativos	(184)	(1.005)
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros não realizados e outras	2.222	2.656
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(137)	195
Revisão e atualização financeira de desmantelamento de áreas	209	183
Realização do ajuste acumulado de conversão e outros resultados abrangentes	34	-
Ajuste a valor de mercado dos estoques	(41)	18
Redução/(aumento) de ativos		
Contas a receber	1.211	558
Estoques	373	(352)
Depósitos Judiciais	(680)	(528)
Depósitos vinculados a Class Action	(1.018)	(865)
Outros ativos	(519)	(577)
Aumento/(Redução) de passivos		
Fornecedores	(630)	(418)
Impostos, taxas e contribuições	(120)	596
Planos de pensão e de saúde	(194)	(204)
Provisão para processos judiciais	124	183
Salários, férias, encargos e participações	175	146
Outros passivos	(1.242)	507
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(234)	(453)
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	4.711	6.849
Atividades de investimentos		
Aquisições de Imobilizados e Intangíveis	(1.611)	(3.058)
Adições em Investimentos	(2)	(7)
Recebimentos Pela Venda De Ativos (Desinvestimentos)	314	2.313
Investimentos em títulos e valores mobiliários	(26)	728
Dividendos recebidos	114	221
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos	(1.211)	197
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Participação de acionistas não controladores	(46)	37
Captações	4.234	5.938
Amortizações de principal - financiamentos	(9.767)	(13.524)
Amortizações de juros - financiamentos (*)	(1.557)	(1.851)
Amortizações de arrendamentos mercantis	(879)	-
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	(8.015)	(9.400)
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(23)	(199)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(4.538)	(2.553)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.899	22.519
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	9.361	19.966

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidada

Em 31 de março de 2019 e 2018 (Em milhões de dólares norte-americanos, exceto se indicado de outra forma)



	Capital subscrito e integralizado, líquido de gastos com emissões		Outros resultados abrangentes					Reservas de Lucros					Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
	Capital subscrito e integralizado	Gasto com emissão de ações	Transações de Capital	Ajuste Acumulado de Conversão	Hedge de fluxo de caixa de exportação	Perdas atuariais com planos de benefícios definidos	Outros resultados abrangentes e custo atribuído	Legal	Estatutária	Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Lucros acumulados			
	107.380	(279)	1.067	(61.043)	(9.573)	(10.015)	(791)	7.919	2.182	720	42.235	0	79.802	1.700	81.502
Saldo em 31 de dezembro de 2017		107.101	1.067				(81.422)				53.056	0	79.802	1.700	81.502
Aplicação inicial do IFRS 9							(20)					(299)	(319)	(15)	(334)
	107.380	(279)	1.067	(61.043)	(9.573)	(10.015)	(811)	7.919	2.182	720	42.235	(299)	79.483	1.685	81.168
Saldo em 1 de janeiro de 2018		107.101	1.067				(81.442)				53.056	(299)	79.483	1.685	81.168
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	(1)	-	-	-	-	1	-	-	-
Transação de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37	37
Lucro ou Prejuízo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.145	2.145	51	2.196
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(182)	318	-	59	-	-	-	-	-	195	3	198
Destinações:															
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(34)	(34)
	107.380	(279)	1.067	(61.225)	(9.255)	(10.015)	(753)	7.919	2.182	720	42.235	1.847	81.823	1.742	83.565
Saldo em 31 de março de 2018		107.101	1.067				(81.248)				53.056	1.847	81.823	1.742	83.565
	107.380	(279)	1.067	(67.316)	(13.292)	(13.224)	(953)	8.257	2.452	923	46.529	-	71.544	1.631	73.175
Saldo em 1 de janeiro de 2019		107.101	1.067				(94.785)				58.161	-	71.544	1.631	73.175
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	(1)	-	-	-	-	1	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transação de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(46)	(46)
Lucro ou Prejuízo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.070	1.070	55	1.125
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(174)	77	-	21	-	-	-	-	-	(76)	(5)	(81)
	107.380	(279)	1.067	(67.490)	(13.215)	(13.224)	(933)	8.257	2.452	923	46.529	1.071	72.538	1.635	74.173
Saldo em 31 de março de 2019		107.101	1.067				(94.862)				58.161	1.071	72.538	1.635	74.173

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Base de elaboração

1.1. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

Estas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas não auditadas foram preparadas e apresentadas de acordo com a IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB). Elas apresentam as mudanças significativas no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações financeiras anuais previamente divulgadas. Consequentemente, elas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais auditadas da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, que incluem o conjunto completo de notas.

Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou o IFRS 16 - "Leases" e o IFRIC 23 - "Uncertainty over Income Tax Treatments". As alterações nas políticas contábeis decorrentes da aplicação dessas normas estão apresentadas na nota 3.

Estas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas não auditadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração da Companhia em uma reunião realizada em 7 de maio de 2019.

1.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Petrobras e de todas as suas subsidiárias brasileiras é o real. A moeda funcional da maioria das entidades da Petrobras que operam fora do Brasil é o dólar norte-americano.

A Petrobras adota como moeda de apresentação o dólar norte-americano para facilitar uma comparação mais direta com outras empresas em sua indústria. As demonstrações financeiras foram convertidas da moeda funcional (real) para a moeda de apresentação (dólar norte-americano), de acordo com o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio". Os ativos e passivos são convertidos para dólares norte-americanos pela taxa de câmbio da data do balanço (fechamento); receitas e despesas, bem como os fluxos de caixa são convertidos para dólares norte-americanos pela taxa média prevalecente ao longo do ano e os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica. As variações cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras da moeda funcional para a moeda de apresentação são reconhecidas como ajustes acumulados de conversão (CTA) em "outros resultados abrangentes" na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Real x Dólar norte-americano	Mar 2019	Dez 2018	Set 2018	Jun 2018	Mar 2018
Taxa média trimestral	3,77	3,81	3,95	3,61	3,24
Taxa ao final do período	3,90	3,87	4,00	3,86	3,32

2. Operação Lava Jato” e seus reflexos na Companhia

Na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de março de 2019, a companhia considerou todas as informações disponíveis e monitorou as investigações da “Operação Lava Jato”, não tendo sido identificadas novas informações que alterassem a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente que fora reconhecida no terceiro trimestre de 2014, ou impactasse de forma relevante a metodologia adotada pela companhia. A Petrobras continuará monitorando as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados.

2.1. Investigações envolvendo a companhia

2.1.1. Securities and Exchange Commission - SEC e U.S. Department of Justice - DoJ

Em 27 de setembro de 2018, a Companhia divulgou o fechamento de acordos para encerramento das investigações com o Departamento de Justiça dos EUA (DoJ) e com a Securities and Exchange Commission (SEC) nos Estados Unidos, envolvendo controles internos, registros contábeis e demonstrações financeiras da companhia, durante o período de 2003 a 2012.

Os acordos encerraram completamente as investigações das autoridades norte-americanas e estabeleciam pagamentos de US \$ 85 ao DoJ em 2018 e o mesmo valor à SEC no primeiro trimestre de 2019. Adicionalmente, reconheceram a destinação de US\$ 683, a ser revertido para um fundo especial e investido no Brasil que a Petrobras depositou em janeiro. 2019. A Companhia reconheceu integralmente os efeitos dessas liquidações como outras receitas e despesas no terceiro trimestre de 2018.

Essa resolução atende ao melhor interesse da Companhia e de seus acionistas e elimina incertezas, riscos, ônus e custos de possíveis litígios nos Estados Unidos.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas informações trimestrais consolidadas são os mesmos adotados na preparação das demonstrações financeiras anuais da companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pela adoção, do pronunciamento IFRS 16 - *Leases* e da interpretação IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments*.

3.1. IFRS 16 – Operações Arrendamento Mercantil

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

Com a adoção do IFRS 16, a companhia deixa de reconhecer custos e despesas operacionais oriundas de contratos de arrendamento mercantis operacionais e passa a reconhecer em sua demonstração de resultado: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira e a variação cambial apuradas com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil.

A companhia adotou a isenção no reconhecimento de arrendamentos de curto prazo (prazo de 12 meses ou menos), sendo os pagamentos de arrendamento associados a esses contratos reconhecidos como despesa do exercício ao longo do prazo do contrato. Os efeitos apropriados no resultado do exercício estão apresentados nas notas explicativas 9, 13 e 24.

Na demonstração dos fluxos de caixa, os pagamentos de arrendamentos que anteriormente eram apresentados como fluxos de caixa das atividades operacionais passaram a ser apresentados como fluxos de caixa de financiamento, representando os pagamentos dos passivos de arrendamento. Contudo, essa alteração não gerou impactos na posição líquida do Fluxo de Caixa da companhia.

A companhia não adotou a isenção no reconhecimento para arrendamentos cujo ativo subjacente é de baixo valor.

A companhia, para fins de adoção inicial, adotou o método de abordagem de efeito cumulativo, não rerepresentando suas demonstrações financeiras de períodos anteriores, bem como aplicou os seguintes expedientes:

- aplicou o pronunciamento aos contratos que foram anteriormente identificados como arrendamento mercantil operacional conforme nota explicativa 18.2 – Pagamentos mínimos de arrendamento mercantil operacional de 31 de dezembro de 2018;
- o passivo de arrendamento foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, líquidos de impostos recuperáveis, quando aplicável, descontados utilizando a taxa incremental sobre empréstimo da companhia na data da adoção inicial;
- o ativo de direito de uso foi reconhecido com base no valor do passivo de arrendamento, ajustado por qualquer pagamento de arrendamento antecipado ou acumulado referente a esse arrendamento, reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da adoção inicial. Não foram considerados na mensuração do direito de uso na data da adoção inicial, os custos diretos iniciais.

As variações cambiais oriundas do saldo de passivos de arrendamento denominados em dólares norte-americanos foram designadas como instrumentos de relações de hedge de fluxo de caixa. As relações foram estabelecidas em função das relações de hedge entre as variações cambiais de "exportações futuras altamente prováveis" (item protegido) e as variações cambiais dos contratos referentes aos passivos de arrendamento.

Apresentação

Em 1º de janeiro de 2019, a companhia reconheceu o valor de US\$ 26.575 nos saldos de ativo imobilizado e no passivo de arrendamento em virtude da mensuração dos ativos de direito de uso ser equivalente ao passivo de arrendamento; tais mudanças não impactaram o seu patrimônio líquido. Os ativos de direito de uso apresentados no ativo imobilizado, representam principalmente os seguintes ativos subjacentes: arrendamentos de unidades de produção de petróleo e gás natural, embarcações, terrenos e edificações, helicópteros, sondas de perfuração e outros equipamentos de exploração e produção. Os passivos de arrendamento estão sendo apresentados em linha própria nas demonstrações financeiras da companhia.

Ativos de direito de uso

Unidades de produção de petróleo e gás natural	12.925
Embarcações	11.996
Terrenos e edificações	1.011
Outros	643
Total	26.575

Em relação aos arrendamentos operacionais divulgados em 31 de dezembro de 2018, houve reconciliação para os requerimentos do IFRS 16, conforme tabela a seguir:

Compromisso de arrendamento operacional em 31 de dezembro de 2018	95.379
Compromissos relacionados a arrendamentos ainda não iniciados	(54.825)
Efeito do desconto	(9.980)
Arrendamento de curto prazo e outros	(3.999)
Adoção inicial	26.575
Leasing financeiro (IAS 17 / CPC 06) incluído no balanço de 31 de dezembro de 2018	185
Passivo de arrendamento em 1 de Janeiro de 2019	26.760

Durante o primeiro trimestre de 2019, a demonstração de fluxo de caixa da companhia foi impactada por uma mudança dos recursos líquidos utilizados em atividades operacionais e investimentos de US\$ 886 para os recursos líquidos utilizados pelas atividades de financiamento.

Estimativas e julgamentos relevantes

Considerando que a companhia adotou o método de abordagem de efeito cumulativo, os passivos de arrendamento foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, utilizando como taxas de desconto, taxas incrementais sobre empréstimos da companhia na data de adoção inicial, determinadas principalmente pelas taxas de captação corporativa (obtidas pelos rendimentos yields- dos Bonds emitidos pela companhia), ajustadas por prazo, moeda, ambiente econômico do país de operação da arrendatária e efeitos de garantias similares.

A taxa média de juros incremental dos passivos de arrendamento na adoção inicial foi de 6,06%.

Outras questões relevantes

A adoção desse pronunciamento não ocasionou alterações nas práticas de negócio da companhia e não houve a necessidade renegociação de cláusulas restritivas (covenants) existentes nos contratos de financiamentos, pois o aumento do passivo não alterou os índices requeridos em nas referidas cláusulas.

3.2. IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

O IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Não foram identificados impactos na adoção do IFRIC 23.

4. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Caixa e bancos	482	863
Aplicações financeiras de curto prazo		
- No País		
Fundos de investimentos DI e operações compromissadas	2.132	1.875
Outros fundos de investimentos	27	12
	<u>2.159</u>	<u>1.887</u>
- No exterior		
Time deposits	445	3.823
Auto Invest e contas remuneradas	5.621	6.708
Outras aplicações financeiras	654	618
	<u>6.720</u>	<u>11.149</u>
Total das aplicações financeiras de curto prazo	8.879	13.036
Total de caixa e equivalentes de caixa	9.361	13.899

Os fundos de investimentos no país têm seus recursos aplicados em títulos públicos federais brasileiros e em operações lastreadas em títulos públicos (compromissadas), cujos prazos de vencimentos são de até três meses contados a partir da data de aquisição. As aplicações no exterior são compostas por time deposits com prazos de até três meses contados a partir da data de aquisição, por outras aplicações em contas remuneradas com liquidez diária e outros instrumentos de renda fixa de curto prazo.

4.2. Títulos e valores mobiliários

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Valor justo por meio do resultado	1.121	1.083
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	7	8
Custo amortizado	45	45
Total	1.173	1.136
Circulante	1.121	1.083
Não circulante	52	53

Os títulos classificados como valor justo por meio de resultado referem-se principalmente a investimentos em títulos públicos federais brasileiros. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são apresentados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

5. Contas a receber

5.1. Contas a receber, líquidas

	31.03.2019	31.12.2018
Recebíveis de contratos com clientes		
Terceiros	6.474	6.614
Partes relacionadas		
Investidas (nota explicativa 14)	677	682
Recebíveis do setor elétrico (nota explicativa 5.4) (*)	4.341	4.400
Subtotal	11.492	11.696
Outros contas a receber		
Terceiros		
Recebíveis por desinvestimento (**)	1.299	1.296
Arrendamento mercantil financeiro	511	519
Outras	920	1.325
Partes relacionadas		
Subvenção de Diesel	-	400
Contas petróleo e álcool - créditos junto ao Governo Federal	308	307
Subtotal	3.038	3.847
Total do contas a receber	14.530	15.543
Perdas de crédito esperadas (PCE) - Terceiros	(3.345)	(3.390)
Perdas de crédito esperadas (PCE) - Partes Relacionadas	(922)	(915)
Total do contas a receber, líquidas	10.263	11.238
Circulante	4.962	5.746
Não circulante	5.301	5.492

(*) Inclui o valor de US\$ 190 em 31 de março de 2019 (US\$ 199 em 31 de dezembro de 2018) referente a arrendamento mercantil financeiro a receber com empresa AME.

(**) Refere-se a valores a receber do desinvestimento na Nova Transportadora do Sudeste e parcela contingente de Roncador

O valor a receber referente ao programa de subvenção econômica à comercialização do óleo do diesel no território nacional, estabelecido pelo Governo Federal, no decorrer de 2018, foi recebido até fevereiro de 2019.

As contas a receber estão classificadas na categoria de custo amortizado, exceto por determinados recebíveis com formação de preço final após a transferência de controle dos produtos dependente da variação do valor da commodity, classificados na categoria valor justo por meio do resultado, cujo valor em 31 de março de 2019 totalizou US\$ 164.

5.2. Aging do Contas a receber - Terceiros

	31.03.2019		31.12.2018	
	Contas a receber	Perdas de Crédito	Contas a receber	Perdas de Crédito
A vencer	5.398	(382)	5.863	(360)
Vencidos:				
Até 3 meses	339	(15)	484	(54)
De 3 a 6 meses	127	(15)	35	(12)
De 6 a 12 meses	54	(20)	48	(20)
Acima de 12 meses	3.286	(2.913)	3.325	(2.944)
Total	9.204	(3.345)	9.755	(3.390)

5.3. Movimentação das perdas de créditos esperadas - PCE

	Jan-Mar/2019	Jan-Dez/2018
Saldo inicial	4.305	5.945
Adoção inicial IFRS 9	-	122
Adições	32	104
Baixas	(18)	(1.253)
Transferência de ativos mantidos para venda	(37)	6
Ajuste Acumulado de Conversão	(15)	(619)
Saldo Final	4.267	4.305
Circulante	1.680	1.715
Não circulante	2.587	2.590

Em 2018, as baixas refletem principalmente os efeitos dos acordos assinados em 2018 (CCD 2018).

5.4. Contas a receber – Setor Elétrico (Sistema Isolado de Energia)

Setor Elétrico (Sistema Isolado de Energia)	Recebíveis			Arrendamento mercantil	Outros	Total
	fora do escopo dos CCDs	CCD 2014	CDD 2018			
Contas a Receber	1.348	2.560	739	199	1	4.847
PCE	(1.182)	(5)	(1)	-	(1)	(1.189)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	166	2.555	738	199	-	3.658
Faturamentos	309	-	-	-	-	309
Recebimento	(245)	(71)	(116)	(7)	-	(439)
Juros	14	27	8	6	-	55
Desreconhecimento de recebíveis	(1)	-	-	-	-	(1)
Acordos assinados em 2018	-	-	74	-	-	74
(Constituição) reversão de PCE	(8)	1	-	(7)	-	(14)
Baixa de PCE	4	-	-	-	-	4
Ajustes acumulados de conversão	(3)	(14)	(3)	(1)	-	(21)
Saldo em 31 de março de 2019	236	2.498	701	190	-	3.625
Contas a Receber	1.415	2.503	702	197	1	4.818
PCE	(1.179)	(5)	(1)	(7)	(1)	(1.193)
Saldo em 31 de março de 2019	236	2.498	701	190	-	3.625
				Contas a Receber	PCE	Total
Partes Relacionadas						
Amazonas Energia - AME				3.715	(920)	2.795
Eletrobras				626	(2)	624
				4.341	(922)	3.419
Terceiros						
Cia de Gás do Amazonas - CIGÁS				197	(3)	194
Cia de Eletricidade do Amapá - CEA				227	(227)	-
Outros				53	(41)	12
				477	(271)	206
Saldo em 31 de março de 2019				4.818	(1.193)	3.625
Saldo em 31 de dezembro de 2018				4.847	(1.189)	3.658

Em 8 de abril de 2019, a Petrobras celebrou com a Amazonas e a Eletrobras, Instrumento de Confissão de Dívida, consolidando os valores inadimplidos entre 31 de outubro de 2018 e 3 de dezembro de 2018 considerados pela devedora como parte incontroversa de ação de cobrança no montante de US\$ 80, tendo sido firmado na mesma data um Instrumento de Assunção de Dívida para que Eletrobras passe a ser garantidora do valor em questão.

O processo de privatização da Amazonas foi concluído em 10 de abril de 2019, com a transferência do controle acionário para o Consórcio formado pelas empresas Oliveira Energia Geração e Serviços Ltda e ATEM'S Distribuidora de Petróleo S.A. Porém, considerando o estágio desse processo ao final de março de 2019, que estava condicionado a certas condições precedentes, tais como a efetiva transferência de controle, necessidade de capitalização da Amazonas e a exigência de oferta de garantias, a avaliação de risco de crédito dos recebíveis com a Amazonas não foi alterada significativamente e a companhia não realizou qualquer reconhecimento decorrente desta operação no primeiro trimestre de 2019.

Os impactos oriundos dessa privatização na avaliação de risco de crédito desses recebíveis, bem como eventuais alterações, serão reconhecidos nas demonstrações intermediárias do segundo trimestre de 2019.

6. Estoques

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Petróleo	4.040	4.150
Derivados de petróleo	2.439	2.758
Intermediários	563	610
Gás Natural e GNL (*)	65	122
Biocombustíveis	163	150
Fertilizantes	59	78
Total produtos	7.329	7.868
Materiais, suprimentos e outros	1.130	1.119
Total	8.459	8.987

(*) GNL - Gás Natural Liquefeito

Os estoques consolidados são apresentados deduzidos de provisão, para ajuste ao seu valor realizável líquido, sendo estes ajustes decorrentes, principalmente, de oscilações nas cotações internacionais do petróleo e seus derivados e quando constituídos são reconhecidos no resultado do exercício como custos dos produtos e serviços vendidos. No período de janeiro a março de 2019, houve reversão de provisão de US\$ 41 (constituição de US\$ 18, no período de janeiro a março de 2018).

Em 31 de março de 2019, a companhia possuía um volume de estoque de petróleo e/ou derivados dado como garantia dos Termos de Compromisso Financeiro – TCF, assinados em 2008 com a Petros, sem mudanças relevantes em relação aos valores divulgados em 31 de dezembro de 2018.

7. Vendas de ativos e outras reestruturações societárias

As principais classes de ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentadas a seguir:

					31.03.2019	31.12.2018
	E&P	Distribuição	RTC	Gás & Energia	Total	Total
Ativos classificados como mantidos para venda						
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	100	-	100	40
Contas a receber	-	-	5	-	5	39
Estoques	-	-	268	-	268	47
Investimentos	898	-	-	-	898	973
Imobilizado	667	4	362	80	1.113	745
Outros	-	-	40	-	40	102
Total	1.565	4	775	80	2.424	1.946
Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda						
Fornecedores	-	-	28	-	28	1
Provisão para desmantelamento de área	938	-	-	-	938	932
Outros	-	-	50	-	49	50
Total	938	-	78	-	1.015	983

Em 31 de março de 2019, os ativos e passivos transferidos após aprovação de venda contemplam: Térmicas Rômulo Almeida e Celso Furtado, a participação integral (correspondente a 50%) na empresa Petrobras Oil and Gas BV e cessão dos direitos remanescentes da área de concessão denominada Lapa (referente ao exercício da opção de venda dos 10% restantes de sua participação), dos três campos na Bacia de Campos (Pargo, Carapeba e Vermelho, o chamado Polo Nordeste), as 34 concessões localizadas na Bacia Potiguar, no Rio Grande do Norte, a Refinaria de Pasadena e os direitos do Campo de Maromba.

Os principais andamentos no processo de desinvestimento são apresentados a seguir:

Cessão de participação em campos terrestres

Em 27 de novembro de 2018, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a cessão de sua participação total em 34 campos de produção terrestres, localizados na Bacia Potiguar, no estado do Rio Grande do Norte para a empresa 3R Petroleum. O valor da transação envolvido era de US\$ 453, mas a operação não foi concluída pelas partes.

Desta forma, a companhia solicitou a revalidação aos demais ofertantes e a PetroReconcavo, empresa classificada em segundo lugar no processo de venda, comunicou que a sua proposta permanecia válida. O valor total da transação da oferta de US\$ 384 ajustado pelos pagamentos condicionados de US\$ 61. Esses pagamentos condicionados estão sujeitos à aprovação da prorrogação das concessões pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e atualizados a valor presente referem-se à US\$ 47. Na data da assinatura dos contratos, a PetroReconcavo realizará um adiantamento no valor de US\$ 29 referente a esta aquisição.

Além disso, a Petrobras irá assumir, US\$ 2 (valor presente), a obrigação de reembolsar o valor de abandono à PetroReconcavo.

A conclusão da transação está sujeita ao cumprimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda, tais como a aprovação da ANP e eventual direito de preferência. Desta forma, os ativos e passivos correspondentes objetos dessa transação estão classificados como mantidos para venda, em 31 de março de 2019.

Venda de empresas de distribuição no Paraguai

Em 26 de junho de 2018, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou, a assinatura do contrato de compra e venda (*Sale and Purchase Agreement – SPA*) referente à alienação integral da participação societária da Petrobras, por meio da sua subsidiária integral Petrobras International Braspetro B.V. (PIB BV), nas empresas Petrobras Paraguay Distribución Limited (PPDL UK), Petrobras Paraguay Operaciones y Logística SRL (PPOL) e Petrobras Paraguay Gas SRL (PPG) para o Grupo Copetrol.

Em 8 de março de 2019, a operação de venda foi concluída, após o cumprimento de todas as condições precedentes, e com o pagamento de US\$ 332, incluindo US\$ 45 de caixa das empresas e US\$ 7 relativos a ajuste de capital de giro. Este valor é adicional aos US\$ 49 depositados na data da assinatura (27 de junho de 2018) em uma conta garantia (escrow account). O ganho apurado na operação foi de US\$ 141, reconhecido em outras receitas operacionais. Adicionalmente, em decorrência desta operação, foi reclassificada para resultado, como outras despesas operacionais, a perda de US\$ 34, oriunda da depreciação cambial do guarani frente ao dólar, acumulada desde a aquisição do investimento e anteriormente reconhecida no patrimônio líquido como ajuste acumulado de conversão.

Venda da Refinaria de Pasadena

Em 30 de janeiro de 2019, a Petrobras America Inc. (PAI) assinou com a empresa Chevron U.S.A. Inc. (Chevron), contrato de compra e venda (*Share Purchase Agreement – SPA*) referente à alienação integral das ações detidas pela PAI nas empresas Pasadena Refining System Inc. (PRSI) e PRSI Trading LLC (PRST), empresas que compõem o sistema de refino de Pasadena, nos Estados Unidos.

Em 31 de março de 2019, a conclusão da transação estava sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais, consequentemente os ativos e passivos estão classificados como mantidos para venda.

Em 1º de maio de 2019, a operação de venda foi concluída, após o cumprimento de todas as condições precedentes, e com o pagamento de US\$467, sendo US\$ 350; pelo valor das ações e US\$ 117 de capital de giro, que será ajustado posteriormente para refletir a posição da data do fechamento.

8. Investimentos

8.1. Mutação dos investimentos (Consolidado)

	Saldo em 31.12.2018	Aportes de capital	Reorgani- zação, redução de capital e outros	Resultado de Particip. em invest.	Ajuste acumulado de conversão (CTA)	Outros resultados abrangen- tes	Divi- dendos	Saldo em 31.03.2019
Empreendimentos controlados em Conjunto	1.170	3	5	57	(4)	-	(17)	1.214
Coligadas	1.573	(1)	21	75	(11)	22	(14)	1.665
Outros Investimentos	16	-	(4)	-	-	-	-	12
Total	2.759	2	22	132	(15)	22	(31)	2.891

O resultado de participação em investimentos deve-se basicamente à MP Gulf of México (US\$ 32) e ao setor petroquímico (US\$ 79), pelos resultados apurados no trimestre findo em 31 de março de 2019 destas empresas.

9. Imobilizado

9.1. Por tipo de ativos

	Terrenos, edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens (*)	Ativos em construção (**)	Gastos c/exploração e desenv. (campos produtores petróleo e gás) (***)	Direito de uso	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	6.665	75.002	42.521	52.462	-	176.650
Adições	4	1.751	8.707	6	-	10.468
Constituição/revisão de estimativa de desmantelamento de áreas	-	-	-	4.778	-	4.778
Juros capitalizados	-	-	1.810	-	-	1.810
Baixas	(61)	(16)	(327)	(27)	-	(431)
Transferências (****)	(93)	13.720	(18.667)	4.086	-	(954)
Depreciação, amortização e depleção	(359)	(6.529)	-	(5.028)	-	(11.916)
"Impairment" - constituição	-	(742)	(250)	(1.686)	-	(2.678)
"Impairment" - reversão	-	309	23	226	-	558
Ajuste acumulado de conversão	(946)	(7.467)	(4.891)	(7.598)	-	(20.902)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.210	76.028	28.926	47.219	-	157.383
Custo	7.829	128.711	28.926	77.141	-	242.607
Depreciação, amortização e depleção acumulada	(2.619)	(52.683)	-	(29.922)	-	(85.224)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.210	76.028	28.926	47.219	-	157.383
Adoção Inicial IFRS 16	-	-	-	-	26.575	26.575
Adições	-	209	1.650	2	930	2.791
Constituição/revisão de estimativa de desmantelamento de áreas	-	-	-	(19)	-	(19)
Juros capitalizados	-	-	345	-	-	345
Baixas	-	(4)	(10)	-	-	(14)
Transferências (****)	401	2.253	(3.767)	1.017	150	54
Depreciação, amortização e depleção	(67)	(1.536)	-	(1.147)	(1.328)	(4.078)
Impairment - constituição	(1)	(42)	(22)	-	-	(65)
Ajuste acumulado de conversão	(40)	(361)	(174)	(256)	(134)	(965)
Saldo em 31 de março de 2019	5.503	76.547	26.948	46.816	26.193	182.007
Custo	8.198	128.803	26.948	77.603	28.269	269.821
Depreciação, amortização e depleção acumulada	(2.695)	(52.256)	-	(30.787)	(2.076)	(87.814)
Saldo em 31 de março de 2019	5.503	76.547	26.948	46.816	26.193	182.007
Tempo de vida útil médio ponderado em anos	40 (25 a 50) (exceto terrenos)	20 (3 a 31)		Método da unidade produzida	8 (2 a 47)	

(*) Composto por plataformas, refinarias, termelétricas, unidades de tratamento de gás, dutos, direito de uso e outras instalações de operação, armazenagem e produção, contemplando ativos de exploração e produção depreciados pelo método das unidades produzidas.

(**) Os saldos por segmento de negócio são apresentados na nota explicativa 25.

(***) Composto por ativos de exploração e produção relacionados a poços, abandono de áreas, bônus de assinatura associados a reservas provadas e outros gastos diretamente vinculados a exploração e produção.

(****) Inclui transferências de/para ativos classificados como mantidos para venda.

Com adoção do IFRS 16, a companhia reconheceu em 01 de janeiro de 2019 os ativos de direito de uso em contrapartida a um passivo de arrendamento. Em 31 de março de 2019, os direitos de uso estão apresentados pelos seguintes ativos subjacentes:

	Terrenos, edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens (*)	Total
Custo	1.123	27.146	28.269
Depreciação, amortização e depleção acumulada	(43)	(2.033)	(2.076)
Saldo em 31 de março de 2019	1.080	25.113	26.193
Despesa de depreciação	45	1.283	1.328

(*) Composto principalmente por plataformas e embarcações.

9.2. Acordos de Individualização da Produção

Em 13 de março de 2019 a Petrobras foi notificada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) sobre a aprovação da proposta de Acordo de Individualização da Produção (AIP) da Jazida Compartilhada de Lula, localizada na Bacia de Santos e que compreende o Contrato de Concessão BM-S-11 (campo de Lula), operada pela Petrobras em parceria com a Shell e a Galp, o Bloco Sul de Tupi do Contrato de Cessão Onerosa (campo de Sul de Lula), operado pela Petrobras com 100% de participação e área não contratada pertencente à União Federal, representada pela Pré-Sal Petróleo – PPSA. Adicionalmente ao AIP, será necessário celebrar um acordo entre as empresas para a equalização entre os gastos incorridos e a receita obtida com os volumes produzidos até a data da efetividade do AIP.

9.3. Direito de exploração de petróleo - Cessão Onerosa

A Petrobras e a União assinaram, em 2010, o Contrato de Cessão Onerosa, pelo qual a União cedeu à Petrobras o direito de exercer as atividades de pesquisa e lavra de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos localizados na área do Pré-Sal, com produção limitada ao volume máximo de 5 bilhões de barris equivalentes de petróleo, em até 40 (quarenta) anos, renováveis por mais 05 (cinco) anos, sob determinadas condições. Em contrapartida, a Petrobras pagou à União o montante de US\$ 19.198 (R\$ 74.808 milhões), que em 31 de março de 2019, encontra-se registrado no Ativo Imobilizado da companhia (US\$ 19.306 em 31 de dezembro de 2018).

Com o volume de informações adquiridas, foi possível caracterizar a existência de volumes excedentes aos 5 bilhões de barris equivalentes de petróleo contratados originalmente.

Em novembro de 2017, a companhia constituiu uma comissão interna responsável pela negociação da revisão do Contrato com representantes da União Federal, composta de representantes das diretorias de Exploração e Produção e Financeira e de Relacionamento com Investidores.

Em 15 de janeiro de 2018, a União Federal instituiu, via Portaria Interministerial 15/2018, a Comissão Interministerial com a finalidade de negociar e concluir os termos da revisão do Contrato.

Em 14 de setembro de 2018, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) publicou a Resolução 12/2018, recomendando ao Ministério de Minas e Energia (MME) o envio prévio da minuta de termo aditivo ao Contrato ao Tribunal de Contas da União (TCU) para análise.

A Resolução 12/2018 do CNPE recomendou também ao MME o envio das minutas do Edital e do Contrato da Rodada de Licitações sob o regime de partilha de produção para os volumes excedentes aos contratados sob o regime de Cessão Onerosa. Visando embasar uma eventual negociação relacionada ao pagamento na forma de direitos sobre os volumes excedentes, a Petrobras complementou sua avaliação acerca desses volumes por meio de opinião de certificadora independente.

Em 11 de abril de 2019 foi publicada a Resolução 5/2019 do CNPE, que aprova os termos da minuta do Aditivo ao Contrato de Cessão Onerosa, a ser celebrado entre a União e Petrobras. Segundo a referida resolução, a Petrobras será ressarcida em US\$ 9.058, em razão da revisão do contrato. A Petrobras aguarda ainda a definição acerca da medida que permitirá à União o pagamento desse ressarcimento.

Dada as características da revisão, qualquer crédito a favor da companhia será confirmado apenas quando da celebração do aditivo que resulte em direito contratual a tal crédito, propiciando, assim, o reconhecimento de um contas a receber em contrapartida a um crédito no ativo imobilizado nas demonstrações financeiras da Petrobras.

Por se tratar de transação com parte relacionada, envolvendo a União, a assinatura do aditivo, que encerra a revisão do contrato, deverá ser submetida ao Comitê de Acionistas Minoritários e ao Comitê de Auditoria Estatutário para emissão de opiniões que respaldem a decisão do Conselho de Administração a respeito desse tema.

9.4. Taxa média ponderada da capitalização de juros

A taxa média ponderada dos encargos financeiros utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos sem destinação específica a ser capitalizado como parte integrante dos ativos em construção e foi de 5,90 % a.a. no período de janeiro a março de 2019 (6,26 % a.a no período de janeiro a março de 2018). A partir de 2019 esta taxa contempla os custos financeiros relativos aos passivos de arrendamento.

10. Intangível

10.1. Por tipo de ativos

	Direitos e Concessões	Software	Ágio (godwill)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	1.801	321	218	2.340
Adições	841	85	-	926
Juros capitalizados	-	4	-	4
Baixas	(15)	-	-	(15)
Transferências	(42)	6	14	(22)
Amortização	(14)	(98)	-	(112)
Ajuste acumulado de conversão	(241)	(46)	(29)	(316)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.330	272	203	2.805
Custo	2.549	1.592	203	4.344
Amortização acumulada	(219)	(1.320)	-	(1.539)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.330	272	203	2.805
Adições	3	34	-	37
Juros capitalizados	-	1	-	1
Baixas	(4)	-	-	(4)
Transferências	(11)	(1)	-	(12)
Amortização	(3)	(21)	-	(24)
Impairment - constituição	(1)	-	-	(1)
Ajuste acumulado de conversão	(15)	(1)	(1)	(17)
Saldo em 31 de março de 2019	2.299	284	202	2.785
Custo	2.498	1.599	202	4.299
Amortização acumulada	(199)	(1.315)	-	(1.514)
Saldo em 31 de março de 2019	2.299	284	202	2.785
Tempo de vida útil estimado em anos	(*)	5	Indefinida	

(*) O saldo é composto, preponderantemente, por ativos com vida útil indefinida. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se continua justificável.

11. Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás natural

As atividades de exploração e avaliação abrangem a busca por reservas de petróleo e gás natural desde a obtenção dos direitos legais para explorar uma área específica até a declaração da viabilidade técnica e comercial das reservas.

As movimentações dos custos capitalizados relativos aos poços exploratórios e os saldos dos valores pagos pela obtenção dos direitos e concessões para exploração de petróleo e gás natural, ambos diretamente relacionados às atividades exploratórias em reservas não provadas, são apresentadas na tabela a seguir:

Custos Exploratórios Reconhecidos no Ativo (*)	Jan-Mar/2019	Jan-Dez/2018
Imobilizado		
Saldo inicial	4.132	4.522
Adições a custos capitalizados pendentes de determinação das reservas provadas	77	379
Custos exploratórios capitalizados debitados a despesas	(30)	(10)
Transferências à medida que as reservas são consideradas provadas	-	(95)
Ajustes acumulados de conversão	(25)	(664)
Saldo final	4.154	4.132
Ativo Intangível	1.966	1.980
Total dos Custos Exploratórios Reconhecidos no Ativo	6.120	6.112

(*) Líquido de valores capitalizados e subsequentemente baixados como despesas no mesmo período.

Os custos exploratórios reconhecidos no resultado e os fluxos de caixa vinculados às atividades de avaliação e exploração de petróleo e gás natural estão demonstrados abaixo:

	2019	2018
	Jan-Mar	Jan-Mar
Custos exploratórios reconhecidos no resultado		
Despesas com geologia e geofísica	105	91
Projetos sem viabilidade econômica (inclui poços secos e bônus de assinatura)	50	8
Penalidades contratuais de conteúdo local	14	36
Outras despesas exploratórias	5	1
Total das despesas	174	136
Caixa utilizado nas atividades:		
Operacionais	109	92
Investimentos	94	224
Total do caixa utilizado	203	316

12. Financiamentos

12.1. Saldo por tipo de financiamento

	31.03.2019	31.12.2018
No País		
Mercado Bancário	6.671	9.576
Mercado de Capitais	4.222	3.320
Bancos de fomento	2.842	3.346
Outros	8	9
Total	13.743	16.251
No Exterior		
Mercado Bancário	23.322	24.124
Mercado de Capitais	37.801	39.627
Bancos de fomento	40	41
Agência de Crédito à Exportação	3.658	3.881
Outros	246	251
Total	65.067	67.924
Total de financiamentos	78.810	84.175
Circulante	3.230	3.667
Não circulante	75.580	80.508

Em 31 de março de 2019 todos os covenants foram atendidos e não houve alteração nas garantias requeridas em 31 de dezembro de 2018.

12.2. Movimentação e reconciliação com os fluxos de caixa das atividades de financiamento

	Saldo final em 31.12.2017	Adoção do IFRS 9	Captações	Amortizações de Principal (*)	Amortizações de Juros (*)	Encargos incorridos no exercício (**)	Variações monetárias e cambiais	Ajuste acumulado de conversão	(Ganhos)/perdas por modificação no fluxo	Saldo final em 31.12.2018
País	21.930	65	2.442	(5.451)	(1.220)	1.338	27	(2.880)	-	16.251
Exterior	87.116	177	8.644	(27.988)	(4.465)	4.400	1.409	(1.357)	(12)	67.924
	109.046	242	11.086	(33.439)	(5.685)	5.738	1.436	(4.237)	(12)	84.175

	Saldo final em 31.12.2018	Captações	Amortizações de Principal (*)	Amortizações de Juros (*)	Encargos incorridos no período (**)	Variações monetárias e cambiais	Ajuste acumulado de conversão	(Ganhos)/perdas por modificação no fluxo	Saldo final em 31.03.2019
País	16.251	1.141	(3.736)	(220)	287	28	(8)	-	13.743
Exterior	67.924	3.131	(5.847)	(1.146)	1.028	39	(62)	-	65.067
	84.175	4.272	(9.583)	(1.366)	1.315	67	(70)	-	78.810

Imobilizado a prazo		(38)	-	-					
Reestruturação de dívida		-	(184)	-					
Depósitos vinculados		-	-	(191)					
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		4.234	(9.767)	(1.557)					

(*) Inclui pré-pagamentos.

(**) Inclui apropriações de ágios, deságios, custos de transações associados e realização de (ganhos) /perdas por modificação no fluxo.

Em linha com o Plano de Negócios e Gestão da companhia, os empréstimos e financiamentos vêm se destinando, principalmente, à liquidação de dívidas antigas e ao gerenciamento de passivos, visando melhoria no perfil da dívida e maior adequação aos prazos de maturação de investimentos de longo prazo.

No primeiro trimestre de 2019, a companhia captou US\$ 4.234, destacando-se: (i) oferta de títulos no mercado de capitais internacional (Global Notes) no valor de US\$ 2.980, sendo US\$ 737 com a reabertura do título com vencimento em 2029 e o restante com a emissão de novo título com vencimento em 2049; (ii) oferta pública de debêntures no valor de US\$ 955.

Adicionalmente, a companhia liquidou diversos empréstimos e financiamentos, destacando-se: (i) a recompra e/ou resgate de US\$ 4.186 de títulos no mercado de capitais internacional, com o pagamento de prêmio líquido aos detentores dos títulos que entregaram seus papéis na operação no valor de US\$ 182; (ii) o pré-pagamento de US\$ 3.863 de empréstimos no mercado bancário nacional e internacional; e (iii) pré-pagamento de US\$ 322 de financiamentos junto ao BNDES.

12.3. Informações resumidas sobre os financiamentos (passivo circulante e não circulante)

Vencimento em	2019	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total (**)	Valor justo
Financiamentos em Dólares (US\$)(*):	1.485	1.399	3.806	4.474	7.786	41.326	60.276	66.227
Indexados a taxas flutuantes	979	1.334	2.310	3.667	6.180	12.612	27.082	
Indexados a taxas fixas	506	65	1.496	807	1.606	28.714	33.194	
Taxa média dos Financiamentos em Dólares	5,3%	5,9%	5,7%	5,8%	5,7%	6,5%	6,2%	
Financiamentos em Reais (R\$):	827	1.930	1.786	1.806	1.873	5.277	13.499	12.849
Indexados a taxas flutuantes	549	1.615	1.543	1.487	1.657	3.458	10.309	
Indexados a taxas fixas	278	315	243	319	216	1.819	3.190	
Taxa média dos Financiamentos em Reais	5,1%	5,0%	5,3%	5,6%	5,4%	4,2%	4,9%	
Financiamentos em Euro(€):	28	58	260	485	455	1.500	2.786	3.458
Indexados a taxas fixas	28	58	260	485	455	1.500	2.786	
Taxa média dos Financiamentos em Euro	4,2%	2,7%	3,0%	2,9%	3,6%	4,6%	3,9%	
Financiamentos em Libras (£):	32	11	-	-	-	2.201	2.244	2.504
Indexados a taxas fixas	32	11	-	-	-	2.201	2.244	
Taxa média dos Financiamentos em Libras	5,9%	6,2%	-	-	-	6,3%	6,2%	
Financiamentos Outras Moedas	5	-	-	-	-	-	5	5
Indexados a taxas fixas	5	-	-	-	-	-	5	
Taxa média dos Financiamentos em outras moedas	9,7%	-	-	-	-	-	9,7%	
Total em 31 de março de 2019	2.377	3.398	5.852	6.765	10.114	50.304	78.810	85.043
Taxa média dos financiamentos	5,3%	5,6%	5,6%	5,7%	5,6%	6,4%	6,0%	
Total em 31 de dezembro de 2018	3.667	3.921	7.012	10.317	11.951	47.307	84.175	85.929
Taxa média dos financiamentos	5,5%	5,9%	5,9%	5,8%	5,8%	6,4%	6,1%	

(*) Inclui financiamentos em moeda nacional parametrizada à variação do dólar.

(**) Em 31 de março de 2019, o prazo médio de vencimento dos financiamentos é de 9,42 anos (9,14 anos em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de dezembro de 2019, os valores justos dos financiamentos são principalmente determinados pela utilização de:

Nível 1 - preços cotados em mercados ativos, quando aplicável, no valor de US\$ 39.611 (US\$ 39.057 em 31 de dezembro de 2018); e

Nível 2 - método de fluxo de caixa descontado pelas taxas spots interpoladas dos indexadores (ou proxies) dos respectivos financiamentos, observadas às moedas atreladas, e pelo risco de crédito da Petrobras, no valor de US\$ 45.432 (US\$ 46.872 em 31 de dezembro de 2018).

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial é apresentada na nota explicativa 28.2.

12.4. Linhas de crédito

Empresa	Instituição financeira	Data da abertura	Prazo	Contratado	Valor	
					Utilizado	Saldo a utilizar
No exterior						
PGT BV	BNP Paribas	22/12/2016	15/01/2021	350	310	40
PGT BV	Sindicato de Bancos	07/03/2018	07/02/2023	4.350	-	4.350
PGT BV	Credit Agricole Corporate	12/04/2018	20/06/2019	400	253	147
Petrobras	New Development Bank	27/08/2018	27/08/2022	200	40	160
PGT BV	Sindicato de Bancos	27/03/2019	27/02/2024	3.250	-	3.250
Total				8.550	603	7.947
No país						
Petrobras	Banco do Brasil	23/03/2018	26/01/2023	513	-	513
Petrobras	Bradesco	01/06/2018	31/05/2023	513	-	513
Petrobras	Banco do Brasil	04/10/2018	05/09/2025	513	-	513
Transpetro	BNDES	07/11/2008	12/08/2041	58	30	28
Transpetro	Caixa Econômica Federal	23/11/2010	Indefinido	84	-	84
Total				1.681	30	1.651

13. Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos mercantis incluem, principalmente, unidades de produção de petróleo e gás natural, sondas de perfuração e outros equipamentos de exploração e produção, navios, embarcações de apoio, helicópteros, terrenos e edificações.

A movimentação dos contratos de arrendamento reconhecidos como passivos está demonstrada a seguir:

	Saldo final em 31.12.2018	Adoção do IFRS 16	Novos contratos	Pagamentos do principal e juros (*)	Encargos incorridos no Exercício	Variações monetárias e cambiais	Ajuste acumulado de conversão	Saldo final em 31.03.2019
Pais	185	5.628	818	(219)	77	37	(57)	6.469
Exterior	-	20.947	111	(667)	259	77	1	20.728
Total	185	26.575	929	(886)	336	114	(56)	27.197

(*) Na demonstração do fluxo de caixa, contempla valor de US\$ 7 referente ao recebimento de arrendamentos mercantis.

A tabela a seguir apresenta os vencimentos destes contratos:

Vencimento em	2019	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Saldo em 31 de março de 2019	6.030	3.649	4.119	2.796	2.053	8.550	27.197

Em determinados contratos de arrendamento mercantil, há pagamentos, durante o prazo do arrendamento, que variam devido a alterações em fatos ou circunstâncias ocorridas após a data de início, além da passagem do tempo. Tais pagamentos não são incluídos na mensuração das obrigações de arrendamento e, no primeiro trimestre de 2019, foram de US\$ 235 e representam 27% em relação aos pagamentos fixos.

Foram consideradas opções de extensão na mensuração das obrigações de arrendamento.

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial é apresentada na nota explicativa 28.2.

No período de janeiro a março de 2019, a companhia reconheceu gastos com arrendamento mercantil no montante de US\$ 272, referentes a contratos de prazo inferior a um ano.

Em 31 de março de 2019, os saldos de contratos de arrendamento mercantil que ainda não tinham sido iniciados em função dos ativos relacionados estarem em construção ou não terem sido disponibilizados para uso, estão assim demonstrados:

Vencimento em	2019	2020 - 2023	2024 em	Total
			diante	
Compromissos relacionados a arrendamentos ainda não iniciados	3.924	17.376	46.021	67.321

14. Partes relacionadas

A companhia possui uma política de Transações com Partes Relacionadas revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração, que também se aplica às demais Sociedades do Grupo Petrobras, observados seus trâmites societários, conforme disposto no Estatuto Social da Petrobras.

14.1. Transações com empreendimentos em conjunto, coligadas, entidades governamentais e fundos de pensão

A companhia realiza, e espera continuar a realizar, negócios no curso normal de várias transações com seus empreendimentos em conjunto, coligadas, fundos de pensão, bem como com seu acionista controlador, o governo federal brasileiro, que inclui transações com os bancos e outras entidades sob o seu controle, tais como financiamentos e serviços bancários, gestão de ativos e outras.

As transações significativas resultaram nos seguintes saldos:

	31.03.2019		31.12.2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas				
Distribuidoras estaduais de gás natural	347	122	307	114
Empresas do setor petroquímico	100	18	90	7
Outros empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	230	752	285	744
Subtotal	677	892	682	865
Entidades governamentais				
Títulos públicos federais	1.911	-	1.958	-
Bancos controlados pela União Federal	8.313	7.296	7.445	10.332
Setor elétrico (nota explicativa 5.4)	4.341	-	4.400	-
Contas petróleo e álcool - créditos junto a União Federal	308	-	307	-
Subvenção do Diesel	-	-	400	-
União Federal (Dividendos)	-	330	-	324
Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural – Pré-Sal Petróleo S.A. – PPSA	-	75	-	144
Outros	74	68	64	121
Subtotal	14.947	7.769	14.574	10.921
Planos de Pensão	59	45	59	96
Total	15.683	8.706	15.315	11.882
Circulante	4.201	2.128	4.345	2.528
Não circulante	11.482	6.578	10.970	9.354
Total	15.683	8.706	15.315	11.882

A seguir é apresentado o efeito no resultado das transações significativas :

	Jan- Mar/2019	Jan- Mar/2018
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas		
Distribuidoras estaduais de gás natural	693	544
Empresas do setor petroquímico	701	936
Outros empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	(154)	(194)
Subtotal	1.240	1.286
Entidades governamentais		
Títulos públicos federais	29	31
Bancos controlados pela União Federal	(45)	(343)
Setor elétrico (nota explicativa 5.4)	140	78
Contas petróleo e álcool - créditos junto a União Federal	2	-
Subvenção do Diesel	-	-
União Federal (Dividendos)	(5)	-
Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural – Pré-Sal Petróleo S.A. – PPSA	(28)	-
Outros	35	60
Subtotal	128	(174)
Planos de Pensão	-	-
Total	1.368	1.112
Receitas, principalmente de vendas	1.654	1.770
Compras e serviços	(399)	(420)
Variações monetárias e cambiais líquidas	(111)	(84)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	224	(154)
Total	1.368	1.112

Em adição às transações acima apresentadas, a Petrobras e a União assinaram, em 2010, o Contrato de Cessão Onerosa, pelo qual a União cedeu à Petrobras o direito de exercer as atividades de pesquisa e lavra de hidrocarbonetos na área do pré-sal, com produção limitada ao volume máximo de 5 bilhões de barris equivalentes de petróleo.

Vide nota explicativa 9 para mais informações sobre o Contrato de Cessão Onerosa.

14.2. Membros chave da administração da companhia

As remunerações totais dos membros do conselho de administração e da diretoria executiva da Petrobras são apresentadas a seguir:

	Jan-Mar/2019			Jan-Mar/2018		
	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Total	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Total
Salários e benefícios	0,7	0,1	0,8	1,2	0,1	1,3
Encargos sociais	0,2	-	0,2	0,3	-	0,3
Previdência complementar	0,1	-	0,1	0,1	-	0,1
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,3	-	0,3	-	-	-
Remuneração total	1,3	0,1	1,4	1,6	0,1	1,7
Remuneração total - pagamento realizado	2,0	-	2,0	1,6	0,1	1,7
Número de membros - média no período (*)	6,33	10,00	16,33	8,00	9,00	17,00
Número de membros remunerados - média no período (**)	6,33	6,67	13,00	8,00	5,00	13,00

(*) Corresponde à média do período do número de membros apurados mensalmente.

(**) Corresponde à média do período do número de membros remunerados apurados mensalmente.

No primeiro trimestre findo em 31 de março de 2019, a despesa consolidada com a remuneração total de diretores e conselheiros do Sistema Petrobras totalizou US\$ 6 (US\$ 6 no primeiro trimestre findo em 31 de março de 2018).

A Assembleia Geral Ordinária da Petrobras, realizada em 25 de abril de 2019, fixou a remuneração dos administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) em até US\$ 8.3 como limite global de remuneração a ser paga no período compreendido entre abril de 2019 e março de 2020.

15. Provisões para desmantelamento de áreas

	Jan-Mar/2019	Jan-Dez/2018
Saldo inicial	15.133	14.143
Revisão de provisão	(19)	4.129
Transferências referentes a passivos mantidos para venda (*)	-	(1.221)
Utilização por pagamentos	(130)	(481)
Atualização de juros	196	649
Outros	-	51
Ajuste acumulado de conversão	(85)	(2.137)
Saldo final	15.095	15.133

(*) Em 2018, inclui transferências relativas a bacia de Campos (US\$ 850); concessões no Rio Grande do Norte (US\$ 70); e campo de Lapa (US\$ 11)..

16. Tributos

16.1. Tributos correntes

Imposto de renda e contribuição social	Ativo Circulante		Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
	No país					
Tributos sobre o lucro	750	733	206	66	-	-
Programas de regularização de débitos federais	-	-	56	56	543	552
	750	733	262	122	543	552
No exterior	7	6	114	89	-	-
Total	757	739	376	211	543	552

Demais impostos e contribuições	Ativo Circulante		Ativo não circulante		Passivo Circulante		Passivo Não Circulante (*)	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
	Impostos no país							
ICMS / ICMS Diferido	795	781	666	700	684	922	-	-
PIS e COFINS / PIS e COFINS diferido	502	442	2.756	2.668	490	309	-	-
CIDE	18	22	-	-	38	50	-	-
Participação especial/Royalties	-	-	-	-	1.655	1.757	-	-
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	-	-	-	-	113	308	-	-
Programas de regularização de débitos federais (**)	-	-	-	-	2	2	-	-
Outros	45	36	159	158	122	184	114	107
Total no Brasil	1.360	1.281	3.581	3.526	3.104	3.532	114	107
Impostos no exterior	13	15	15	14	17	24	-	-
Total	1.373	1.296	3.596	3.540	3.121	3.556	114	107

(*) Os valores de demais impostos e contribuições no passivo não circulante estão classificados em "Outras contas e despesas a pagar".

(**) Valor refere-se à REFIS (Programa de Recuperação Fiscal)

16.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos – não circulante

O imposto sobre a renda no Brasil compreende o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro (CSLL), cujas alíquotas oficiais aplicáveis são de 25% e de 9%, respectivamente. A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

Saldo em 1º de janeiro de 2018	2.364
Reconhecido no resultado do exercício	(764)
Reconhecido no patrimônio líquido (*)	1.799
Ajuste acumulado de conversão	(159)
Utilização de créditos tributários	(1.222)
Outros	8
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.026
Reconhecido no resultado do período	137
Reconhecido no patrimônio líquido (*)	(39)
Ajuste acumulado de conversão	(7)
Utilização de créditos tributários	(123)
Outros	(1)
Saldo em 31 de março de 2019	1.993
Impostos diferidos ativos	2.680
Impostos diferidos passivos	(654)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.026
Impostos diferidos ativos	2.651
Impostos diferidos passivos	(658)
Saldo em 31 de março de 2019	1.993

(*)Os valores reconhecidos como empréstimos, contas a receber/pagar e financiamentos, referem-se ao efeito tributário sobre a variação cambial registrada em outros resultados abrangentes (hedge de fluxo de caixa), conforme nota explicativa 28.2.

16.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	2019	2018
	Jan-Mar	Jan-Mar
Lucro do exercício antes dos impostos	1.690	3.415
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(575)	(1.161)
Alíquotas diferenciadas de empresas no exterior	188	45
Tributação no Brasil de lucro de empresas no exterior (*)	(53)	(25)
Incentivos fiscais	13	23
Prejuízos fiscais não reconhecidos	(78)	(11)
Exclusões/(adições) permanentes, líquidas (**)	(127)	(80)
Outros	67	(10)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(565)	(1.219)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	137	(195)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(702)	(1.024)
Total	(565)	(1.219)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	33,4%	35,7%

(*) Imposto de renda e contribuição social no país referentes aos lucros auferidos nos períodos por investidas no exterior, conforme dispositivos previstos na Lei nº 12.973/2014.

(**) Inclui equivalência patrimonial e despesa atuarial com plano de saúde.

17. Salários, férias, encargos e participações

	31.03.2019	31.12.2018
Provisão de férias	856	781
Participação nos lucros ou resultados	354	355
Programa de remuneração variável de empregados	366	269
Salários, encargos e outras provisões	241	253
Total	1.817	1.658

Remuneração variável

No primeiro trimestre de 2019, o Conselho de Administração aprovou, para o exercício de 2019, um novo modelo de remuneração variável para todos os empregados da companhia: o Programa de Prêmio por Performance - PPP, que alinhado ao Plano de Negócios e Gestão, valorizará a meritocracia e trará flexibilidade para um cenário em que a empresa busca mais eficiência e alinhamento às melhores práticas de gestão.

O novo PPP será pago em parcela única, caso a companhia apresente lucro líquido acima de R\$ 10 bilhões no exercício de 2019, e o montante estimado de desembolso dependerá de determinados fatores, como desempenho individual dos empregados e resultado das áreas, além das métricas de desempenho da companhia.

O atual modelo substituirá os demais benefícios relativos à remuneração variável, pagos pela companhia, relativos ao exercício 2018, como Participação nos lucros ou resultado – PLR e Programa de remuneração variável de empregados – PRVE.

A provisão para remuneração variável em 31 de março de 2019, no valor de US\$ 366, compreende US\$ 103 reconhecidos no primeiro trimestre de 2019.

18. Benefícios concedidos a empregados

18.1. Planos de pensão e de saúde

A movimentação das obrigações com planos de pensão e saúde com característica de benefício definido está representada a seguir:

	Planos de pensão				Saúde		Total
	Petros	Petros Repactuados	Petros Não Repactuados	Petros 2	AMS	Outros Planos	
Saldo em 1º de janeiro de 2018	10.728	-	-	260	10.802	40	21.830
Efeitos de remensuração reconhecidos em ORA	-	(12)	531	138	2.471	2	3.130
Custo do serviço	23	53	7	56	1.082	11	1.232
Juros líquidos sobre passivo/(ativo) líquido	255	1.144	374	23	927	4	2.727
Pagamento de contribuições	(93)	(229)	(74)	-	(319)	-	(715)
Pagamento do termo de compromisso financeiro	-	(141)	(54)	-	-	-	(195)
Transferência decorrente da cisão	(10.858)	8.155	2.703	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	31	31
Ajuste acumulado de conversão	(55)	(1.818)	(607)	(66)	(2.727)	(17)	(5.290)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	7.152	2.880	411	12.236	71	22.750
Custos do serviço	-	15	2	11	57	1	86
Juros líquidos sobre passivo/(ativo) líquido	-	141	57	10	283	1	492
Pagamento de contribuições	-	(63)	(17)	-	(108)	(7)	(195)
Outros	-	-	-	-	-	(16)	(16)
Ajuste acumulado de conversão	-	(43)	(17)	(4)	(77)	1	(140)
Saldo em 31 de março de 2019	-	7.202	2.905	428	12.391	51	22.977
Circulante	-	324	114	-	413	2	853
Não Circulante	-	6.878	2.791	428	11.978	49	22.124
Saldo em 31 de março de 2019	-	7.202	2.905	428	12.391	51	22.977

A despesa líquida com planos de pensão e saúde inclui os seguintes componentes:

	Planos de Pensão				Saúde		Total
	Petros	Petros Repactuados	Petros Não Repactuados	Petros 2	AMS	Outros Planos	
Relativa a empregados ativos	-	45	8	16	128	1	198
Relativa aos assistidos	-	111	51	5	212	1	380
Custo líquido Jan-Mar/2019	-	156	59	21	340	2	578
Custo líquido Jan-Mar/2018(*)	318	-	-	20	351	3	692

(*) Inclui o movimento dos planos PPSP-R e PPSP-NR.

O Plano Petros 2 possui uma parcela com característica de contribuição definida cujos pagamentos são reconhecidos no resultado. No primeiro trimestre de 2019, a contribuição da companhia para a parcela de contribuição definida no Plano Petros 2 foi de US\$ 63 (US\$ 70 no primeiro trimestre findo em 31 de março de 2018).

Plano de equacionamento do déficit do Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP)

Contribuições adicionais dos participantes e patrocinadores do Plano Petros, devido ao déficit apurado em 2015, tiveram início em março de 2018. Alguns participantes recorreram perante o Judiciário e tiveram suas contribuições suspensas com base em medidas judiciais e, nesses casos, a Companhia não pagou suas contribuições de paridade. Todavia, todas as sentenças foram favoráveis à manutenção do plano de equacionamento aprovado pelo Conselho Deliberativo da Petros. No primeiro trimestre de 2019, a Companhia efetuou contribuições no montante de US\$ 25 com relação a contribuições no âmbito do PED (US\$ 166 em 2018).

As demonstrações financeiras dos planos Renegociados da Petros (PPSP-R) e Não-renegociados (PPSP-NR) para 2018 foram aprovadas pelo Conselho Executivo da Petros em 29 de março de 2019 e apresentaram um déficit acumulado de US\$ 1.436 e US\$ 733, respectivamente, de acordo com as normas contábeis geralmente aceitas para o setor de pós-aposentadoria, regulamentadas no Brasil pelo Conselho Federal de Benefício de Pós-Aposentadoria - CNPC.

Os déficits foram apurados com base em revisão atuarial anual realizada por atuário independente e já foram incorporados às demonstrações financeiras auditadas da Companhia encerradas em 31 de dezembro de 2018.

A tabela abaixo apresenta a conciliação do déficit do Plano Petros registrado pela Fundação Petros, de acordo com as normas expedidas pela CNPC, e pela patrocinadora Petrobras, de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IAS 19):

	PPSP-R	PPSP-NR	2018 Total
Déficit acumulado de acordo com o CNPC - Fundação Petros	1.436	733	2.169
Contribuições extraordinárias (PED) dos patrocinadores	2.906	826	3.732
Ajuste no valor dos ativos do plano (*)	2.269	949	3.218
Contribuições normais dos patrocinadores	1.230	569	1.799
Hipóteses financeiras (taxa de juros e inflação)	1.063	288	1.351
Metodologia de cálculo	(1.601)	(463)	(2.064)
Outros	(153)	(20)	(173)
Passivo atuarial líquido registrado pela companhia	7.150	2.882	10.032

(*) Saldo de contas a receber decorrente do Termo de Compromisso Financeiro - TCF assinado com a Petrobras que a Petros reconhece como patrimônio.

Em função dos déficits acumulados em 2018 terem superado o limite legal, será necessário que a Fundação Petros implemente um novo plano de equacionamento em 2019. Os valores a serem equacionados e as condições de pagamento serão avaliados e seguirão os trâmites de aprovação pelo Conselho Deliberativo da Fundação e, em seguida, a Petrobras deverá submetê-lo à análise da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest).

PP3

Em 26 de abril de 2019, a Sest aprovou a proposta do novo plano de previdência complementar – PP3, com característica de contribuição definida a ser ofertado aos participantes e assistidos dos planos Petros do Sistema Petrobras Repactuado (PPSP-R) e Petros do Sistema Petrobras Não Repactuado (PPSP-NR).

O PP3 ainda depende da aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social realizado

Em 31 de março de 2019, o capital subscrito e integralizado no valor de US\$ 107.101 está representado por 7.442.454.142 ações ordinárias e 5.602.042.788 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

As ações preferenciais têm prioridade no caso de reembolso do capital, não asseguram direito de voto e não são conversíveis em ações ordinárias.

Em 31 de março de 2019, há ações em tesouraria, sendo 222.760 ações ordinárias e 72.909 ações preferenciais.

19.2. Dividendos a pagar

A Assembleia Geral Ordinária de 25 de abril de 2019 aprovou o dividendo e os juros sobre capital próprio relativos ao exercício de 2018, no valor de US\$ 1.850, correspondendo a US\$ 0,0681 por ação ordinária em circulação e US\$ 0,2397 por ação preferencial em circulação.

Em 31 de março de 2019 o saldo remanescente de dividendos e juros sobre capital próprio relativo ao exercício de 2018, atualizado pela SELIC, é de US\$ 1.118, dos quais US\$ 1.016 referentes aos acionistas da controladora e que serão pagos em 20 de maio de 2019.

19.3. Resultado por ação

Por ação	Jan-Mar/2019			Jan-Mar/2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Petrobras atribuído	610	460	1.070	1.224	921	2.145
Média ponderada da quantidade de ações em circulação (nº de ações)	7.442.231.382	5.601.969.879	13.044.201.261	7.442.454.142	5.602.042.788	13.044.496.930
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (US\$ por ação)	0,08	0,08	0,08	0,16	0,16	0,16
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ADR (US\$ por ADS)(*)	0,16	0,16	0,16	0,32	0,32	0,32

(*) Petrobras' ADSs são equivalentes a duas ações.

20. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

	Jan-Mar/2019	Jan-Mar/2018
Informações adicionais aos fluxos de caixa		
Valores pagos e recebidos durante o período		
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	369	249
Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa		
Aquisição de imobilizado a prazo	43	1
Arrendamento mercantil (*)	930	-
Constituição (reversão) de provisão para desmantelamento de áreas	(19)	1
Utilização de créditos fiscais e depósitos judiciais para pagamento de contingência	3	6

(*) Efeito da adoção do IFRS 16, nota explicativa 3.

21. Receita de vendas

	2019	2018
	Jan-Mar	Jan-Mar
Diesel	6.386	6.234
Gasolina	3.246	4.103
Gás liquefeito de petróleo (GLP)	1.010	1.156
Querosene de aviação (QAV)	935	939
Nafta	420	572
Óleo combustível (incluindo bunker)	288	307
Outros derivados de petróleo	940	1.035
Subtotal de derivados	13.225	14.346
Gás natural	1.572	1.289
Renováveis e nitrogenados	535	528
Receitas de direitos não exercidos (breakage)	164	232
Eletricidade	498	355
Serviços, agenciamentos e outros	210	305
Mercado interno	16.204	17.055
Exportações	3.960	4.171
Vendas no exterior (*)	1.065	1.732
Mercado externo	5.025	5.903
Receitas de vendas (**)	21.229	22.958

(*) Receita proveniente de vendas realizadas no exterior, incluindo trading e excluídas exportações.

(**)As receitas de vendas por segmento de negócio estão demonstradas na nota explicativa 25.

No primeiro trimestre de 2019 e 2018, não houve clientes cujas receitas de vendas totalizassem 10% ou mais das receitas de vendas da Companhia.

22. Custos e Despesas por natureza

22.1. Custo dos produtos e serviços vendidos

	Consolidado	
	2019	2018
	Jan-Mar	Jan-Mar
Matérias-primas, produtos para revenda, materiais e serviços contratados	(7.836)	(8.332)
Depreciação, depleção e amortização	(3.140)	(3.071)
Participação governamental	(2.398)	(2.474)
Gastos com pessoal	(843)	(827)
Total	(14.217)	(14.704)

22.2. Despesas de vendas

	Consolidado	
	2019	2018
	Jan-Mar	Jan-Mar
Materiais, serviços, aluguéis e outros	(803)	(959)
Depreciação, depleção e amortização	(165)	(85)
Perdas de créditos esperadas	(36)	(130)
Gastos com pessoal	(93)	(99)
Total	(1.097)	(1.273)

22.3. Despesas gerais e administrativas

	Consolidado	
	2019	2018
	Jan-Mar	Jan-Mar
Gastos com pessoal	(398)	(412)
Materiais, serviços, fretes, aluguéis e outros	(171)	(208)
Depreciação, depleção e amortização	(47)	(40)
Total	(616)	(660)

23. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	2019	2018
	Jan-Mar	Jan-Mar
Plano de pensão e saúde (inativos)	(380)	(417)
Paradas não programadas e gastos pré-operacionais	(322)	(239)
(Perdas) / Ganhos com processos judiciais, administrativos e arbitrais (*)	(368)	(392)
Resultado com derivativos de commodities	(237)	(217)
Participação nos lucros ou resultados	(8)	(139)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	7	(18)
Relações institucionais e projetos culturais	(43)	(35)
Despesas operacionais c/ termelétricas	(33)	(25)
Gastos com segurança, meio ambiente e saúde	(17)	(25)
PCE/perdas sobre outros recebíveis	4	(7)
Realização de ajustes acumulados de conversão - CTA	(34)	-
Provisão para programa de remuneração variável	(103)	-
Subvenções e assistências governamentais	28	-
Resultado com alienações e baixas de ativos (**)	184	1.005
Gastos/Ressarcimentos com operações em parcerias de E&P	50	56
Outros	108	61
Total	(1.164)	(392)

(*) Inclui variação cambial de US\$ 15 referente a provisão da Class Action em 31 de março de 2019.

(**) Em 2019 inclui principalmente o resultado com desinvestimentos nos ativos de distribuição no Paraguai. Em 2018, inclui principalmente o resultado com os desinvestimentos oriundo da Aliança Estratégica entre Petrobras e Total.

24. Resultado financeiro líquido

	Jan-Mar/ 2019	Jan-Mar/ 2018
Despesa com financiamentos	(1.334)	(1.627)
Variações cambiais e monetárias sobre endividamento líquido (*)	(787)	(999)
Despesas com arrendamentos mercantis - (notas explicativas 3.1 e 13)	(335)	-
Ágio (Deságio) na recompra de títulos de dívida	(182)	(419)
Receita com aplicações financeiras e títulos públicos	131	139
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	(2.507)	(2.906)
Encargos financeiros capitalizados	346	497
Ganhos (perdas) com instrumentos derivativos	(29)	109
Atualização financeira da provisão de desmantelamento	(209)	(183)
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	140	123
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	97	125
Resultado financeiro líquido	(2.162)	(2.235)
Receitas	362	339
Despesas	(1.806)	(1.804)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(718)	(770)
Total	(2.162)	(2.235)

(*) Inclui variação monetária sobre financiamentos em moeda nacional parametrizada à variação do dólar.

25. Informações por Segmento

As informações segmentadas refletem a estrutura de avaliação da alta administração em relação aos desempenhos e alocação de recursos dos negócios.

	E&P	Abastecimento	Gás & Energia	Biocombustíveis	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Ativo Consolidado por área de negócio - 31.03.2019								
Circulante	5.263	12.239	1.960	74	2.160	15.540	(3.719)	33.517
Não circulante	148.589	33.822	14.375	139	2.815	9.949	355	210.044
Realizável a longo prazo	7.996	3.470	1.688	2	869	7.943	393	22.361
Investimentos	662	1.395	780	48	-	6	-	2.891
Imobilizado	137.870	28.798	11.665	89	1.746	1.877	(38)	182.007
Em operação	116.957	25.699	9.093	88	1.515	1.745	(38)	155.059
Em construção	20.913	3.099	2.572	1	231	132	-	26.948
Intangível	2.061	159	242	-	200	123	-	2.785
Ativo Total	153.852	46.061	16.335	213	4.975	25.489	(3.364)	243.561
Ativo Consolidado por área de negócio - 31.12.2018								
Circulante	5.324	11.964	2.027	79	2.575	18.750	(3.657)	37.062
Não circulante	126.989	32.119	13.582	137	2.565	9.418	196	185.006
Realizável a longo prazo	8.115	3.286	1.525	2	837	8.059	235	22.059
Investimentos	650	1.303	757	45	-	4	-	2.759
Imobilizado	116.153	27.356	11.057	90	1.529	1.237	(39)	157.383
Em operação	93.172	24.347	8.517	89	1.313	1.058	(39)	128.457
Em construção	22.981	3.009	2.540	1	216	179	-	28.926
Intangível	2.071	174	243	-	199	118	-	2.805
Ativo Total	132.313	44.083	15.609	216	5.140	28.168	(3.461)	222.068

Notas explicativas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto se indicado de outra forma)



Resultado Consolidados por Área de Negócio

Jan-Mar/2019

	E&P	Abastecimento	Gás e Energia	Biocombustíveis	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Receita de vendas	11.384	16.136	3.220	60	6.171	-	(15.742)	21.229
Intersegmentos	11.053	3.687	861	57	84	-	(15.742)	-
Terceiros	331	12.449	2.359	3	6.087	-	-	21.229
Custo dos produtos vendidos	(6.804)	(14.905)	(2.304)	(62)	(5.737)	-	15.595	(14.217)
Lucro bruto	4.580	1.231	916	(2)	434	-	(147)	7.012
Receitas (despesas)	(561)	(619)	(503)	(4)	(125)	(1.471)	(9)	(3.292)
Vendas	-	(464)	(422)	-	(202)	(2)	(7)	(1.097)
Gerais e administrativas	(71)	(85)	(36)	(4)	(54)	(366)	-	(616)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo e gás	(174)	-	-	-	-	-	-	(174)
Custos com Pesquisa e desenvolvimento	(94)	(4)	(5)	-	-	(35)	-	(138)
Tributárias	(21)	(22)	(16)	(1)	(8)	(35)	-	(103)
Outras receitas (despesas), líquidas	(201)	(44)	(24)	1	139	(1.033)	(2)	(1.164)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos	4.019	612	413	(6)	309	(1.471)	(156)	3.720
Resultado financeiro líquido (*)	-	-	-	-	-	(2.162)	-	(2.162)
Resultado de participações em investimentos	36	93	4	(1)	-	-	-	132
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	4.055	705	417	(7)	309	(3.633)	(156)	1.690
Imposto de renda/contribuição social	(1.367)	(208)	(141)	2	(105)	1.201	53	(565)
Lucro líquido (prejuízo)	2.688	497	276	(5)	204	(2.432)	(103)	1.125
Acionistas não controladores	(1)	(9)	29	-	31	5	-	55
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da Petrobras	2.689	506	247	(5)	173	(2.437)	(103)	1.070

(*) O valor alocado em despesas financeiras decorrente da adoção do IFRS 16 é de US\$ 333.

Notas explicativas

(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto se indicado de outra forma)



Resultado Consolidados por Área de Negócio

								Jan-Mar/2018
	E&P	Abastecimento	Gás e Energia	Biocombustíveis	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Receita de vendas	12.550	17.060	2.836	68	7.220	-	(16.776)	22.958
Intersegmentos	12.029	3.738	850	62	97	-	(16.776)	-
Terceiros	521	13.322	1.986	6	7.123	-	-	22.958
Custo dos produtos vendidos	(7.429)	(15.156)	(1.798)	(64)	(6.735)	-	16.478	(14.704)
Lucro bruto	5.121	1.904	1.038	4	485	-	(298)	8.254
Receitas (despesas)	263	(731)	(794)	(6)	(318)	(1.166)	(10)	(2.762)
Vendas	(22)	(445)	(566)	-	(233)	1	(8)	(1.273)
Gerais e administrativas	(75)	(106)	(38)	(5)	(62)	(374)	-	(660)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo e gás	(136)	-	-	-	-	-	-	(136)
Custos com Pesquisa e desenvolvimento	(104)	(3)	(4)	-	-	(42)	-	(153)
Tributárias	(50)	(25)	(11)	(1)	(7)	(54)	-	(148)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	650	(152)	(175)	-	(16)	(697)	(2)	(392)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e	5.384	1.173	244	(2)	167	(1.166)	(308)	5.492
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	(2.235)	-	(2.235)
Resultado de participações em investimentos	-	137	23	(2)	-	-	-	158
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	5.384	1.310	267	(4)	167	(3.401)	(308)	3.415
Imposto de renda/contribuição social	(1.830)	(399)	(83)	1	(57)	1.044	105	(1.219)
Lucro líquido (prejuízo)	3.554	911	184	(3)	110	(2.357)	(203)	2.196
Acionistas não controladores	(2)	(32)	36	-	27	22	-	51
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da Petrobras	3.556	943	148	(3)	83	(2.379)	(203)	2.145

26. Processos judiciais e contingências

26.1. Processos judiciais provisionados

A companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem a:

- Processos trabalhistas, destacando-se: (i) ações individuais de revisão da metodologia de apuração do complemento de remuneração mínima por nível e regime (RMNR); (ii) diferenças de cálculo dos reflexos das horas extras nos repousos semanais remunerados; (iii) ações de terceirizados.
- Processos fiscais, incluindo: (i) não homologação de compensações de tributos federais; e (ii) aproveitamento de créditos de ICMS na importação de plataformas.
- Processos cíveis referentes a: (i) acordo para encerrar a ação coletiva consolidada perante a Corte Federal de Nova Iorque; (ii) cobrança de royalties sobre a atividade de extração de xisto; (iii) reclamação por descumprimento contratual relacionado à construção de plataforma; (iv) indenização decorrente de ação de desapropriação de área para constituição de servidão de passagem; (v) cobrança de royalties e participações governamentais sobre produção de gás; (vi) multas aplicadas pela ANP relativas a sistemas de medição; (vii) Rescisão de contrato de prestação de serviços de perfuração vinculado ao navio-sonda Titanium Explorer; e (viii) diferenças de participações especiais referente a unificação dos campos no complexo parque das baleias (nota explicativa 30).

Os valores provisionados são os seguintes:

	31.03.2019	31.12.2018
Passivo circulante e não circulante		
Processos trabalhistas	1.078	1.093
Processos fiscais	467	491
Processos cíveis	5.831	5.710
Processos ambientais	114	111
Total	7.490	7.405
Passivo circulante	3.394	3.482
Passivo não circulante	4.096	3.923
	Jan-Mar/2019	Jan-Dez/2018
Saldo inicial	7.405	7.026
Adição, líquida de reversão	389	1.325
Utilização	(245)	(650)
Atualização	53	736
Outros	(66)	95
Ajuste acumulado de conversão	(46)	(1.127)
Saldo final	7.490	7.405

Na preparação das demonstrações financeiras do trimestre findo em 31 de março de 2019, a companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos.

No trimestre findo em 31 de março de 2019, a principal movimentação no passivo decorre da provisão para litígios arbitrais no país envolvendo a empresa Sete Brasil no valor de US\$ 365, anteriormente classificada como perda possível.

26.2. Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	31.03.2019	31.12.2018
Ativo não circulante		
Fiscais	4.966	4.563
Trabalhistas	1.182	1.161
Cíveis	1.019	823
Ambientais	161	160
Outros	4	4
Total	7.332	6.711

	31.03.2019	12.31.2018
Saldo inicial	6.711	5.582
Adição	618	1.883
Utilização	(22)	(86)
Atualização de juros	86	294
Outros	-	26
Ajuste acumulado de conversão	(61)	(988)
Saldo final	7.332	6.711

26.3. Processos judiciais não provisionados

Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais em 31 de março de 2019, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	31.03.2019	31.12.2018
Fiscais	37.843	37.290
Trabalhistas	8.960	8.619
Cíveis - Gerais	6.691	6.539
Cíveis - Ambientais	4.342	4.221
Total	57.836	56.669

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal, cível, ambiental e trabalhista, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível.

Os principais processos judiciais não provisionados se referem a:

- Processos fiscais, incluindo: (i) Incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE e PIS/COFINS-importação sobre as remessas para pagamentos de afretamentos de embarcações; (ii) lucro de controladas e coligadas domiciliadas no exterior não adicionado à base de cálculo do IRPJ e CSLL; (iii) pedidos de compensação de tributos federais não homologados pela Receita Federal; e (iv) cobrança e creditamento de ICMS em operações de consumo interno de óleo bunker e óleo por diversos estados.
- Processos trabalhistas, destacando-se ações coletivas que requerem a revisão da metodologia de apuração do complemento de Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR).
- Processos cíveis referentes a: (i) arbitragens no país e ação judicial nos Estados Unidos relativos à Sete Brasil Participações S.A.; e (ii) processos administrativos que discutem diferença de participação especial e royalties em campos diversos.
- Processos ambientais, com destaque para cinco ações civis públicas propostas pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro contra Petrobras, Instituto Estadual do Ambiente – INEA e Estado do Rio de Janeiro, questionando a forma de cumprimento de condicionantes do licenciamento ambiental do COMPERJ, comprovação

do atendimento de condicionantes, complementação de estudos técnicos, redefinição de condicionantes, além de indenizações por danos materiais e morais coletivos ao meio ambiente, bem como por danos materiais às comunidades afetadas.

No período findo em 31 de março de 2019, o aumento das contingências possíveis está relacionado principalmente a atualização monetária dos processos e à transferência de remota para possível de US\$ 282, em litígio contratual que se discute o pagamento de indenizações em razão de custos incorridos na execução de dois contratos de afretamento de navios sonda, compensado parcialmente pelo provisionamento de litígios arbitrais no país envolvendo a empresa Sete Brasil no valor de US\$ 365, bem como a transferência de US\$ 372 para perda remota em função decisão do TST que negou seguimento ao recurso de Embargos do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense – SINDIPETRO/NF em ação que objetiva a condenação da companhia para observar o limite do intervalo interjornada aos empregados em regime de sobreaviso em plataformas marítimas e remunerar como extraordinárias as horas que ultrapassarem o limite.

26.4. Ações coletivas (class actions) e processos relacionados

26.4.1. Ação coletiva e ações individuais relacionadas nos Estados Unidos

De acordo com o Ação Coletiva, a Petrobras (juntamente com sua subsidiária PGF) concordou em pagar US\$ 2.950 para liquidar os sinistros em duas parcelas de US \$ 983 e uma parcela adicional de US \$ 984 Dessa forma, a companhia reconheceu no resultado do quarto trimestre de 2017, em outras despesas operacionais, o valor de US\$ 3.449, considerando impostos (*gross up*) da parcela referente à Petrobras. As três parcelas foram depositadas em 1º de março de 2018, 2 de julho de 2018 e 15 de janeiro de 2019. As parcelas foram depositadas em uma conta designada pelo autor-líder da Ação Coletiva ("*Escrow Account*"), registrada em outros ativos circulantes. Alguns objetores apelaram da decisão definitiva, sendo que um recurso se encontra pendente de julgamento.

Adicionalmente, no decorrer do primeiro trimestre de 2019, não ocorreram outros eventos que modificassem a avaliação e o julgamento desta ação.

26.4.2. Ações coletivas e Arbitragens na Holanda e na Argentina

No decorrer do primeiro trimestre de 2019, não ocorreram eventos que modificassem a avaliação e o julgamento da ação coletiva que tramita na Holanda, tampouco das arbitragens em curso na Argentina.

26.4.3. Ação coletiva no Brasil

Em 15 de março de 2019, o Supremo Tribunal Federal suspendeu o Acordo de Assunção de Compromissos assinado com o Ministério Público Federal (MPF), o que impede, neste momento, que a companhia, em caso de eventuais condenações nestas arbitragens, de utilizar metade do montante de US\$ 683 pagos em 30 de janeiro de 2019 às autoridades brasileiras.

27. Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo

A Petrobras concedeu garantias à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP no total de US\$ 2.303 para os Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração, permanecendo em vigor US\$ 1.183 líquidos dos compromissos já cumpridos. Desse montante, US\$ 1.086 correspondem ao penhor do petróleo de campos previamente identificados e já em fase de produção e US\$ 97 referem-se a garantias bancárias.

28. Gerenciamento de riscos

As tabelas a seguir apresentam um resumo das posições de instrumentos financeiros derivativos mantidos pela companhia em 31 de março de 2019, reconhecidas como outros ativos e passivos circulantes, além dos valores reconhecidos no resultado, outros resultados abrangentes do exercício e garantias dadas como colaterais por natureza das operações:

	Posição Patrimonial Consolidada				Vencimento
	Valor nominal		Posição Ativa (Passiva)		
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018	
Derivativos não designados como Hedge					
Contratos Futuros (*)	(13.399)	(14.043)	13	108	
Compra/Petróleo e Derivados	40.016	40.017	-	-	2019/2020
Venda/Petróleo e Derivados	(53.415)	(54.060)	-	-	2019/2020
Contratos de Opções OTC (*)					
Venda/Petróleo e Derivados	186.000	-	227	-	2019
Contratos a Termo					
Compra/Câmbio (BRL/USD) (**)	US\$ 65	US\$ 137	1	(2)	2019
Venda/Câmbio (BRL/USD) (**)	US\$ 81	US\$ 92	(2)	(1)	2019
Compra/Câmbio (EUR/USD) (**)	EUR 3000	EUR 3000	(215)	(123)	2019
Venda/Câmbio (EUR/USD) (**)	EUR 521	-	4	-	2019
Compra/Câmbio (GBP/USD) (**)	GBP 419	GBP 419	(3)	(11)	2019
SWAP					
Câmbio - cross currency swap (**)	GBP 700	GBP 700	31	0,5	2026
Câmbio - cross currency swap (**)	GBP 600	GBP 600	(53)	(70,5)	2034
Total reconhecido no Balanço Patrimonial			3	(99)	

(*) Valor nominal em mil bbl

(**) Valores em US\$, em GBP e EUR são apresentados em milhões.

	Ganhos (perdas) reconhecido no resultado do período (*)		Ganhos (perdas) reconhecidas no patrimônio líquido (**)	
	Jan-Mar/2019	Jan-Mar/2018	Jan-Mar/2019	Jan-Mar/2018
	Derivativos de commodities	(237)	(217)	-
Derivativos de moeda	(29)	109	-	-
	(266)	(108)	-	-
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações (***)	(755)	(820)	117	482
Total	(1.021)	(928)	117	482

(*) Valores reconhecidos como resultado financeiro no período

(**) Valores reconhecidos como outros resultados abrangentes no período

(***) Utilizando instrumentos financeiros não-derivativos, conforme nota explicativa 28.2.

	Garantias dadas como colaterais	
	31.03.2019	31.12.2018
	Derivativos de commodities	62
Derivativos de moeda	70	70
Total	132	22

A análise de sensibilidade do valor dos instrumentos financeiros derivativos com relação aos diferentes tipos de risco de mercado, em 31 de março de 2019 é apresentada a seguir:

Operações	Risco	Cenário	Cenário	Cenário
		Provável (*)	Possível	Remoto
Derivativos não designados como Hedge				
Contratos Futuros	Petróleo e Derivados - Flutuação dos Preços	-	(209)	(419)
Contratos a Termo	Câmbio - Desvalorização do BRL frente ao USD	(5)	40	81
Opções OTC	Petróleo e Derivados - Flutuação dos Preços	-	(196)	(224)
		(5)	(365)	(562)

(*) Os cenários prováveis foram calculados considerando-se as seguintes variações para os riscos: Preços de Petróleo e Derivados: valor justo em 31/Mar/2019 / Real x Dólar - valorização do real em 3,3%. Fonte: Focus.

28.1. Gerenciamento de risco de preços de petróleo e derivados

A Petrobras tem preferência pela exposição ao ciclo de preços, à realização sistemática de proteção das operações de compra ou venda de mercadorias, cujo objetivo seja atender suas necessidades operacionais, com utilização de instrumentos financeiros derivativos. Entretanto, condicionada à análise do ambiente de negócios e das perspectivas de realização do Plano de Negócios e Gestão, a execução de estratégia de proteção ocasional com derivativos pode ser aplicável.

Em março de 2019, a Petrobras implementou estratégia de proteção para parte de sua produção de óleo prevista para o ano de 2019. Foram compradas opções de venda com preço de exercício referenciado na média das cotações do petróleo tipo Brent, de abril até o fim de 2019, ao nível de US\$ 60 / barril, com prêmio total da ordem de US\$ 320. Em 2018, estratégia semelhante foi aplicada, porém com preço de exercício médio de US\$ 65 / barril e custo total de, aproximadamente, US\$ 445.

No período de janeiro a março de 2019, em função da marcação a mercado das opções de venda deste hedge protetivo e em decorrência da valorização da commodity no mercado internacional, foi apurada uma variação negativa nas opções de venda no montante de US\$ 94, alocada no segmento corporativo, registrada em outras despesas operacionais (variação negativa de US\$ 170 no período de janeiro a março de 2018).

Adicionalmente, em setembro de 2018, a companhia passou adotar uma estratégia de derivativos aplicada para os preços da gasolina e de câmbio (NDF – Non Deliverable Forward), visando dar flexibilidade adicional à gestão na política de preços, permitindo a opção de alterar a frequência dos reajustes diários do preço da gasolina no mercado interno, podendo mantê-lo estável por curtos períodos de tempo, de até 15 dias, conciliando seus interesses empresariais com as demandas de seus clientes e agentes de mercado em geral. A variação nas operações contratadas apresentou um ganho de US\$ 3 no período de janeiro a março de 2019, registrado em outras despesas operacionais.

Em março de 2019, a Petrobras aprovou alteração na periodicidade de reajuste nos preços do diesel, cujos valores serão atualizados por períodos não inferiores a 15 dias nas refinarias da companhia. Com intuito de preservar a rentabilidade de suas operações de refino, a Petrobras poderá utilizar mecanismos de proteção com emprego de derivativos. Com o mesmo objetivo de dar flexibilidade adicional à gestão na política de preços, em dezembro de 2018, a Petrobras adotou estratégia de derivativos aplicada para os preços de diesel e de câmbio (NDF – Non Deliverable Forward), de forma análoga à estratégia aplicada à gasolina. A variação nas operações contratadas para os derivativos de commodity (diesel) e câmbio apresentou um resultado negativo de US\$ 18 no período de janeiro a março de 2019.

A Estratégia de derivativos poderá ser aplicada em momentos de elevada volatilidade no mercado, de forma a conferir um resultado equivalente ao que seria obtido com a atual prática de reajustes diários, que continua também como opção da companhia.

28.2. Gerenciamento de risco cambial

- a) Hedge de fluxo de caixa envolvendo as exportações futuras da Companhia

Dando continuidade ao praticado na estratégia de gerenciamento de risco cambial até o término de 2018, a partir da adoção da norma IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019, a companhia realizou designações adicionais de relações de hedge de fluxo de caixa até 31 de março de 2019 no montante de US\$ 25.687 (R\$ 99.370 milhões), as quais tiveram como item protegido exportações futuras altamente prováveis em dólares, e como instrumentos de proteção contratos de arrendamento mercantil denominados em dólares.

Os valores de referência, a valor presente, dos instrumentos de proteção em 31 de março de 2019, além da expectativa de reclassificação para o resultado do saldo da variação cambial acumulada no patrimônio líquido em períodos futuros, tomando como base uma taxa R\$/US\$ de 3,8967, são apresentados a seguir:

Valor dos Instrumentos de Proteção em 31 de março de 2019

Instrumento de Hedge	Objeto de Hedge	Tipo de Risco protegido	Período de Proteção	US\$ milhões	R\$ milhões
Variações cambiais de proporções de fluxos de caixa de instrumentos financeiros não derivativos	Variações cambiais de parte das exportações mensais futuras altamente prováveis	Cambial - taxa Spot R\$ x US\$	De abril/2019 a março/2029	93.256	363.390
Movimentação do valor de referência (principal e juros)				US\$	R\$ milhões
Designações em 31 de dezembro de 2018				66.168	256.390
Novas designações, revogações e redesignações				31.693	121.919
Realização por exportações				(1.732)	(6.518)
Amortização de endividamento				(2.873)	(10.828)
Variação Cambial				-	2.427
Valor em 31 de março de 2019				93.256	363.390
Valor nominal dos instrumentos de hedge (financiamentos e passivos de arrendamento) em 31 de março de 2019				109.337	426.052

No período de janeiro a março de 2019, foi reconhecido uma perda cambial de US\$ 5 referente à inefetividade na linha de variação cambial.

As exportações futuras designadas como objetos de proteção nas relações de hedge de fluxo de caixa representam, em média, 82,6% das exportações futuras altamente prováveis.

A seguir é apresentada a movimentação da variação cambial acumulada em outros resultados abrangentes em 31 de março de 2019, a ser realizada pelas exportações:

	Varição cambial	Efeito tributário	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2018	(14.508)	4.935	(9.573)
Reconhecido no patrimônio líquido	(8.950)	3.043	(5.907)
Transferido para resultado por realização	3.315	(1.127)	2.188
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(20.143)	6.851	(13.292)
Reconhecido no patrimônio líquido	(638)	217	(421)
Transferido para resultado por realização	755	(257)	498
Saldo em 31 de março de 2019	(20.026)	6.811	(13.215)

Alterações das expectativas de realização de preços e volumes de exportação em futuras revisões dos planos de negócios podem vir a determinar necessidade de reclassificações adicionais de variação cambial acumulada no patrimônio líquido para resultado. Uma análise de sensibilidade com preço médio do petróleo Brent mais baixo em US\$ 10/barril que o considerado na última revisão do PNG 2019-2023, não indica a necessidade de reclassificação de variação cambial do patrimônio líquido para o resultado.

A expectativa anual de realização do saldo de variação cambial acumulada no patrimônio líquido em 31 de março de 2019 é demonstrada a seguir:

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026 a 2028	Total
Expectativa de realização	(3.518)	(4.123)	(3.982)	(4.332)	(2.653)	(1.459)	(86)	127	(20.026)

b) Contratos de swap – Libra esterlina x Dólar

Em 2017, a Petrobras, por meio de sua controlada indireta Petrobras Global Trading B.V. (PGT), contratou operação de derivativo denominada cross currency swap, com o objetivo de se proteger da exposição em libras esterlinas versus dólar, devido à emissão de bonds; no valor nominal total de GBP 1300 milhões, sendo GBP 700 milhões com vencimento em dezembro de 2026 e GBP 600 milhões com vencimento em janeiro de 2034. A variação nas operações contratadas apresentou um ganho de US\$ 46 no período de janeiro a março de 2019, registrada em resultado financeiro (US\$ 94 no período de janeiro a março de 2018). A companhia não tem intenção de liquidar tais contratos antes do prazo de vencimento.

c) Contratos de Non Deliverable Forward (NDF) – Euro x Dólar

Em 2018, a Petrobras, por meio de sua controlada indireta Petrobras Global Trading B.V. (PGT), contratou operações de derivativos denominadas non deliverable forward, no valor nominal de EUR 3.000 milhões e GBP 419 milhões, com vencimento em 2019, com o objetivo de se proteger da exposição em euro e libra esterlina versus dólar, devido à emissão de bonds. Em 2019, cerca de EUR 520 milhões da posição de non deliverable forward em Euros foi desmontada através da venda dessa moeda para o mesmo prazo, em função de operações de recompra realizadas nos bonds objeto da proteção previamente contratada. A variação nas operações contratadas apresentou uma perda de US\$ 81, registrado em resultado financeiro. A companhia não tem intenção de liquidar tais contratos antes do prazo de vencimento.

d) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial

O cenário considerado provável e referenciado por fonte externa, além dos cenários possível e remoto que consideram valorização do câmbio (risco) em 25% e 50%, respectivamente, à exceção dos saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira de controladas no exterior, quando realizados em moeda equivalente às suas respectivas moedas funcionais, estão descritos a seguir:

Instrumentos	Exposição em 31.03.2019	Risco	Cenário Provável (*)	Cenário Possível	Cenário Remoto
Ativos **	7.469		(243)	1.867	3.735
Passivos ***	(99.279)	Dólar / Real	3.228	(24.820)	(49.640)
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações	93.256		(3.032)	23.314	46.628
	1.446		(47)	361	723
Ativos	5	Euro / Real	-	1	3
Passivos	(29)		1	(7)	(15)
	(24)		1	(6)	(12)
Ativos	2.760	Euro / Dólar	17	690	1.380
Passivos	(5.583)		(34)	(1.396)	(2.791)
Non Deliverable Forward (NDF)	3.369		20	842	1.685
	546		3	136	274
Ativos	2	Libra / Real	-	1	1
Passivos	(21)		-	(5)	(10)
	(19)		-	(4)	(9)
Ativos	2.319	Libra / Dólar	46	580	1.160
Passivos	(4.552)		(91)	(1.138)	(2.276)
Derivativo - cross currency swap	1.694		34	424	847
Non Deliverable Forward (NDF)	546		11	137	273
	7		-	3	4
Total	1.956		(43)	490	980

(*) Os cenários prováveis foram calculados considerando-se as seguintes variações para os riscos: Real x Dólar - valorização do real em 3,3% / Iene x Dólar - valorização do iene em 0,6% / Euro x Dólar - valorização do euro em 0,6% / Libra x Dólar - valorização da libra em 2,1% / Real x Euro - valorização do real em 2,6% / Real x Libra - valorização do real em 1,3%. Fonte: Focus e Bloomberg

(**) Inclui depósitos vinculados a class action (nota explicativa 26.4).

(***) Inclui provisão para acordo da Class Action (nota explicativa 26.4).

28.3. Risco de liquidez

O fluxo nominal (não descontado) de principal e juros dos financiamentos, por vencimento, é apresentado a seguir:

Vencimento	2019	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Em 31 de março de 2019	Em 31 de dezembro de 2018
Principal	1.246	3.398	5.969	6.894	10.241	52.575	80.323	85.279
Juros	3.287	4.557	4.289	3.997	3.542	33.549	53.221	51.359
Total	4.533	7.955	10.258	10.891	13.783	86.124	133.544	136.638

29. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

	Valor justo medido com base em			Total do valor justo contabilizado
	Nível I	Nível II	Nível III	
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	1.128	-	-	1.128
Derivativos de commodities	13	227	-	240
Derivativos de Moeda Estrangeira	-	36	-	36
Saldo em 31 de março de 2019	1.141	263	-	1.404
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.091	1	-	1.092
Passivos				
Derivativos de Moeda Estrangeira	-	(273)	-	(273)
Saldo em 31 de março de 2019	-	(273)	-	(273)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	108	(208)	-	(100)

O valor justo estimado para os financiamentos de longo prazo da Companhia, calculado a taxas de mercado vigentes, é apresentado na nota explicativa 12.3.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, a dívida de curto prazo e outros ativos e passivos financeiros, são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

30. Eventos subsequentes

Programa de Desligamento Voluntário – PDV

Em 24 de abril de 2019, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Desligamento Voluntário (PDV) da companhia.

O período de adesões ao PDV ocorre entre 2 de maio de 2019 até 30 de junho de 2020, para os empregados da Petrobras, que até o término do período de inscrições, estejam aposentados pelo INSS. O programa visa atingir o objetivo de adequação do efetivo e otimização de custos previstos em seu Plano de Negócios e Gestão 2019-2023.

O reconhecimento da provisão para gastos com este plano ocorrerá na medida em que os empregados realizarem a adesão.

Venda de Participação na Transportadora Associada de Gás

Em 25 de abril de 2019, companhia assinou o contrato de compra e venda para alienação de 90% da participação na Transportadora Associada de Gás (TAG) para o grupo formado pela ENGIE e pelo fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ).

O valor da transação é de aproximadamente US\$ 8,6 bilhões, considerando os ajustes previstos contratualmente, e será pago na data do fechamento da operação. Esse valor inclui o pagamento, pelo comprador, das dívidas da TAG perante o BNDES de aproximadamente US\$ 800.

A TAG atua no setor de transporte de gás natural, detendo atualmente autorizações de operação de longo prazo para uma malha de gasodutos de cerca de 4,5 mil km de extensão e 74 milhões de m³/dia de capacidade de transporte, localizados nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste do Brasil. A Petrobras continuará a utilizar os serviços de transporte de gás natural prestados pela TAG, por meio dos contratos já vigentes entre as duas companhias, sem qualquer impacto em suas operações e na entrega de gás para distribuidoras e demais clientes.

A conclusão da transação está sujeita às condições precedentes previstas no contrato, tal como a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Cessão de direitos de 50% dos campos de Tartaruga Verde e Modulo III de Espadarte

Em 25 de abril de 2019, a Petrobras assinou com a empresa Petróleo Brasil Ltda. ("PPBL"), subsidiária da Petroliam Nasional Berhad ("PETRONAS") contrato de compra e venda referente a cessão de 50% dos direitos de exploração e produção do campo de Tartaruga Verde (concessão BM-C-36) e do Módulo III do campo de Espadarte.

O valor da transação é de US\$ 1.294, a ser pago em duas parcelas: (i) US\$ 259 pagos na data da assinatura; e (ii) US\$ 1.035 na data de fechamento da operação, sem considerar os ajustes devidos até a data de fechamento da transação.

O fechamento da operação está sujeito ao cumprimento das condições precedentes, tais como a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Unificação dos Parques das Baleias

Em 5 de abril de 2019, a Petrobras assinou acordo que oficializa a unificação de campos na região conhecida como "Parque das Baleias", localizada na porção da Bacia de Campos confrontante ao Espírito Santo, no valor de US\$ 903, sendo US\$ 387 à vista e o restante em 42 parcelas mensais.

O montante de US\$ 903 foi reconhecido como provisão para processos judiciais no 4º trimestre de 2018.

Remuneração de Acionistas

Em 7 de maio de 2019, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de Juros Sobre Capital Próprio (JCP), no montante de US\$ 329 (R\$ 1.304 milhão), que corresponde ao valor bruto de US\$ 0.02 (R\$ 0.10), por ação ordinária e preferencial. Esses JCP serão pagos em 5 de julho de 2019, com base na posição acionária de 21 de maio de 2019, e deverão ser descontados da remuneração que vier a ser distribuída aos acionistas no encerramento do exercício de 2019. O valor será atualizado monetariamente, de acordo com a variação da taxa SELIC, desde a data do efetivo pagamento até o final do referido exercício social.

31. Informação sobre Títulos Emitidos por Subsidiárias e Garantidos pela Petrobras

31.1. Petrobras Global Finance B.V. (PGF)

A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras garante total e incondicionalmente os títulos de dívida emitidos pela Petrobras Global Finance BV (PGF), uma subsidiária 100% financeira da Petrobras. Não existem restrições significativas sobre a capacidade da Petrobras em obter recursos através da PGF.